

SÉRIE ANTROPOLOGIA

139

**PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A
ETNOLOGIA INDÍGENA NA AUSTRÁLIA
Stephen Grant Baines**

**Brasília
1993**

PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A ETNOLOGIA INDÍGENA NA AUSTRÁLIA [1]

Stephen G.Baines

Cheguei a Sydney em março de 1992 para realizar um levantamento de pesquisa sobre a antropologia na Austrália. Nos dias posteriores à minha chegada, as manchetes dos jornais revelavam que o canal da televisão ABC (Australian Broadcasting Corporation) divulgara, num documentário policial, um vídeo feito por amador, em que dois policiais australianos parodiaram as mortes de dois homens aborígenes: Lloyd Boney, encontrado enforcado numa cadeia da polícia na cidade de Brewarrina, no norte do estado de Nova Gales do Sul em 1987, e David Gundy, assassinado a tiros pela polícia de Sidney no início de 1989. No vídeo, os dois policiais aparecem com rostos pintados de negro, segurando uma corda no pescoço. Foi filmado dois anos antes numa festa filantrópica para arrecadar verbas com a finalidade de financiar obras de caridade locais em Eromanga, no oeste do estado de Queensland e próxima à cidade de Bourke, Nova Gales do Sul, onde os dois policiais estavam lotados.

A divulgação do vídeo foi seguida por uma onda de manifestações de racismo, ocasionando, poucos dias depois, o incêndio da casa de um líder aborígene em Brisbane. O presidente da Associação da Polícia de Nova Gales do Sul tentou desculpar os dois policiais, ao declarar à imprensa que eles não pretendiam ofender a comunidade aborígene e que tudo não passava de uma brincadeira de mau gosto para aliviar o stress do seu trabalho (*The Sydney Morning Herald*, 14/03/92, p.7). Paul Coe, aborígene do Serviço Jurídico de Aborígenes no bairro de Redfern, Sydney, declarou à imprensa que "Culpar um ou dois policiais que eram tão estúpidos ou ignorantes que exibiram seu racismo, é fazer deles bodes-expiatórios para os males e a doença que permeiam todas as instituições neste país. É um regime colonial tão nocivo e racista como o da África do Sul" (Ibid.).

Além do destaque destas notícias pela mídia, eu já tinha presenciado segregação racial em bares no interior do estado da Austrália Ocidental e outras manifestações de racismo numa visita anterior de três meses ao continente em 1978-79. A "Comissão Real sobre Mortes de Aborígenes em Custódia da Polícia e do Sistema Penitenciário", estabelecida em 1987, que investigou as mortes de 99 aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres [2] ocorridas entre 1980 e 31 de maio de 1989, revela que a polícia australiana prende 29 aborígenes para cada não-aborígene preso, e detém 15 aborígenes nas penitenciárias para cada presidiário não-aborígene. No estado da Austrália Ocidental, 86,9% das pessoas julgadas e encarceradas, durante o ano de 1989, eram aborígenes. E isso num país com cerca de 250.000 aborígenes numa população total de aproximadamente 17 milhões. A Comissão Real descreveu esta desproporção como "uma vergonha nacional que deixa a Austrália desacreditada aos olhos da comunidade internacional". Contudo, ninguém foi

[1] No Seminário "Estilos de Antropologia", realizado na UNICAMP em 1990, apresentei uma proposta de pesquisa. O trabalho atual é resultado de um levantamento de pesquisa preliminar, de cinco semanas na Austrália, que faz parte de uma proposta de pesquisa de pós-doutorado. Agradeço ao CNPq pelo financiamento das minhas passagens aéreas internacionais e parte das minhas despesas de pesquisa na Austrália.

[2] Os dois grupos étnicos nativos do continente australiano.

julgado pelas mortes dos aborígenes em custódia da polícia.

O Projeto de Pesquisa

Durante os dois anos antes desta ida à Austrália iniciei meu atual projeto de pesquisa, inspirado na leitura de trabalhos do Prof. Roberto Cardoso de Oliveira (1988). A minha pesquisa visa examinar a etnologia indígena na Austrália a partir da etnologia indígena no Brasil, como parte do projeto de pesquisa "Estilos de Antropologia", coordenado por Roberto Cardoso de Oliveira, de cuja equipe faço parte, em que a dimensão comparativa da investigação passou a ser efetivada através do estudo do que se decidiu chamar de "antropologias periféricas" (Cardoso de Oliveira, 1988:143-159). A saber, aquelas antropologias situadas na periferia de centros metropolitanos da disciplina (nos centros científicos e acadêmicos onde a antropologia foi gerada - a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América). Como frisa Cardoso de Oliveira, "A justificação maior de um enfoque estilístico sobre as antropologias periféricas está no fato de que a disciplina nos países não metropolitanos não perde seu caráter de universalidade". Em vez de estudar a etnologia indígena como uma tarefa secundária relativamente às pesquisas antropológicas, no projeto pretende-se buscar construir o seu objeto, a etnologia indígena, no interior de uma problemática gerada na interface da própria disciplina com a epistemologia.

O presente estudo pode ser justificado nos termos que tanto a Austrália como o Brasil são "novas nações" (Cardoso de Oliveira, 1988:143-159), ex-colônias que são de países europeus, apesar de suas histórias serem obviamente muito diferentes. Todavia, em ambos os países, a investigação sobre o Outro é conduzida na forma de estudos a respeito de populações indígenas (ainda que nos dois países não o seja exclusivamente) sobre cujos territórios as nações se expandiram. A Austrália, diferente do Brasil, era colônia de um "país de centro" da antropologia - a Inglaterra - e possuía territórios além-mar (Papua Nova Guiné, até 1973), além de desempenhar um papel neo-colonial no sudeste da Ásia. Porém, malgrado tais diferenças, registra-se um grande dinamismo e desenvolvimento nas etnologias indígenas nos dois países, sobretudo a partir do final da década de '60.

No Brasil, vários trabalhos recentes refletem sobre a etnologia indígena: trabalhos bibliográficos de Julio Cezar Melatti (1982; 1984), e de Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro (1980); diversos trabalhos sobre a política indigenista de Alcida Ramos e uma reflexão sobre o estilo brasileiro de fazer etnologia (Ramos, 1990), um levantamento sobre etnologia indígena (Laraia, 1987) e parentesco (Laraia, 1986), trabalhos sobre política indigenista de Roberto Cardoso de Oliveira, João Pacheco de Oliveira, Roque de Barros Laraia e muitos outros antropólogos surgiram dentro da tradição estabelecida na etnologia indígena brasileira que focalizou o contato interétnico, iniciado por Darcy Ribeiro e encontrando seu principal mentor teórico em Roberto Cardoso de Oliveira nas suas publicações sobre "fricção interétnica" a partir do início da década de 1960. Como ressalta Mariza Peirano (1991:183-84), "o conceito de 'fricção interétnica' foi ele próprio o resultado teórico da dificuldade e/ou impossibilidade de se viver essa distinção (entre 'etnologia indígena' e 'antropologia da sociedade nacional') por parte dos antropólogos brasileiros, constituindo-se, talvez, no conceito mais genuinamente 'nativo' que a antropologia já produziu no Brasil". Constata Peirano, ao comparar a antropologia que se faz no Brasil com a que se faz na Índia:

"no Brasil uma teoria com compromissos políticos desenvolveu o conceito de 'fricção interétnica', enquanto na Índia um contexto religioso faz da análise

interpretativa do hinduísmo um possível símbolo de nacionalidade. O conceito de fricção interétnica... tinha como objetivo avaliar o potencial de integração dos grupos indígenas na sociedade nacional lado ao lado com a preocupação teórica, o compromisso político do antropólogo era inegável" (1992:247-248).

Pode-se afirmar que este conceito ficou como "evento fundador" (Ricoeur, 1978) no desenvolvimento do estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil, influenciando profundamente quase todos os trabalhos posteriores. Foi o meu interesse em realizar pesquisa sobre a situação de populações indígenas, depois de ter lido algumas publicações sobre o contato interétnico de Roberto Cardoso de Oliveira e Júlio Cezar Melatti, que me conduziu a escolher o Brasil para realizar o doutorado em 1980.

Cheguei à Austrália, em 1992, com uma leitura apenas preliminar sobre a etnologia indígena naquele país, dirigida para obter algumas idéias gerais sobre a sua história e as tendências atuais. Neste trabalho, pretendo comentar minhas primeiras impressões, tomando como ponto de partida as considerações de Mariza Peirano (1992:237), para abrir uma discussão sobre a possível aplicação delas ao caso da Austrália:

"1) que o pensamento do antropólogo é parte da própria configuração sociocultural na qual ele emerge; 2) que os contextos socioculturais ideologicamente predominantes no mundo moderno são os estados-nações; 3) que as representações sociais da nação não são uniformes; 4) que, dado que o desenvolvimento da antropologia coincidiu e se vinculou à formação das nações-estado européias, a ideologia de construção nacional (nation-building) é um parâmetro e sintoma importante para a caracterização das ciências sociais onde quer que elas surjam".

Diferente da minha proposta no caso da Austrália, o trabalho de Peirano não se restringe exclusivamente à etnologia indígena, considerando que ela entrevistou alguns antropólogos que não são dessa área. Como aponta Melatti (comunicação pessoal), uma comparação com o Brasil nos parâmetros do trabalho de Peirano, teria que examinar também a literatura australiana e a vida intelectual mais ampla, inclusive a antropologia física naquele país, e também os estudos de negros no Brasil que focalizam o conceito de "raça", o que está além das pretensões deste trabalho. Outra questão importante para levar em consideração é o fato que a Austrália não teve uma população de origem africana transplantada à força, a colonização se iniciando pelo estabelecimento de colônias penais britânicas. Contudo, vale lembrar, como afirma Kapferer, em artigo sobre ideologia nacionalista e antropologia comparativa, que "a subjetividade do antropólogo, como a de qualquer outra pessoa, está fundamentada nos mundos históricos e ideológicos em que ele(a) está posicionado(a)" (1989:166).

O levantamento de pesquisa

Neste trabalho pretendo resumir algumas das primeiras impressões que obtive através de entrevistas com antropólogos, sobretudo os que trabalham na área de etnologia indígena, durante minhas estadias em três dos maiores centros de etnologia indígena na Austrália - Sydney, Canberra e Perth [3], deixando para trabalhos posteriores o

[3] As entrevistas variaram de 30 minutos a duas horas e mais de duração. Entrevistei os seguintes

desenvolvimento de alguns dos temas comentados brevemente aqui. Neste levantamento de pesquisa, entrevistei, também, alguns aborígenes que se apresentam como porta-vozes da política indígena. Recorro também a matérias de jornais da época do levantamento de pesquisa e a alguns trabalhos indicados pelos entrevistados, muitos dos quais pediram que eu não citasse o que foi dito nas entrevistas sem primeiro consultá-los. Além de realizar entrevistas, fui convidado para apresentar seminários na Universidade de Sydney, na AIATSIS, Canberra, na Universidade de Western Australia, e na Anthropological Society of Western Australia e a participar dos seus seminários como ouvinte.

Muitos etnólogos na Austrália participam em processos de reivindicação territorial no Território do Norte e da delimitação de sítios de significação para os aborígenes em diversas partes do continente, em situações que quase todos descreveram como politicamente muito sensíveis, assunto que comentarei mais adiante. Alguns disseram que suas carreiras poderiam ser prejudicadas pela divulgação dos seus depoimentos em contextos que julgaram inapropriados e onde o conteúdo poderia estar sujeito à manipulação por interesses contrários aos das populações indígenas com as quais realizam pesquisas. Esse clima altamente politizado em que se realiza etnologia indígena na Austrália esclarece uma preocupação do antropólogo exercer um controle sobre a apresentação das suas declarações. Alguns dos entrevistados comentaram, também, que essa era a primeira vez que tinham sido entrevistados a respeito da antropologia que se faz na Austrália, ressaltando

professores - University of Sydney: Prof. Jeremy Beckett, Profa. Diane Austen-Broos, Profa. Francesca Merlan, Profa. Gillian Cowlshaw, e Profa. Marie De Lepervanche (Dept. of Anthropology); Prof. Tony Swain (School of Studies in Religion); Profa. Jan Larbalestier (Dept. of Sociology). Macquarie University, Sydney: Profa. Annette Hamilton, Prof. Kenneth Maddock, Prof. Andrew Lattas (School of Behavioural Sciences). O advogado Dr. Marc Gumbert. Australian National University, Canberra: Prof. Nicolas Peterson, Profa. Deborah Bird Rose, e o doutorando Robert Levitus (Dept. of Pre-History & Anthropology); Prof. D.J. Mulvaney (Hon. fellow, Dept. of History, Australian Academy of the Humanities); Prof. Rolf Gerritsen (Dept. of Public Policies); Dr. Jon Altman e Diane Smith (Centre for Aboriginal Economic Policy Research). Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies (AIATSIS), Canberra: Dr. Stephen Wild, Dr. Graham Henderson, Dra. Alice Moyle e Maggie Brady. University of Western Australia, Perth: Prof. Basil Sansom, Prof. Greg Acciaioli, Prof. Robert Tonkinson, Profa. Myrna Tonkinson, Profa. Sandy Toussaint, Prof. David Trigger e o doutorando Kim Barber (Dept. Of Anthropology); Prof. John Stanton, Anthropology Museum, University of Western Australia. Curtin University of Technology, Perth: Prof. Philip Moore (School of Social Sciences). Dra. Patricia Baines, consultora (Perth). Os líderes aborígenes Kevin Gilbert, Robert Bropho, Brian Wyatt, e Ralph Winmar. Tive a oportunidade de conhecer, também, Prof. Alan Rumsey, Prof. Michael Allen e alguns alunos de graduação e de pós-graduação (Dept. of Anthropology, University of Sydney), Profa. Marcia Langton (Dept. of Behavioural Sciences, Macquarie University, Sydney), Dr. Luke Taylor (Australian Museum, Canberra), Dr. Kingsley Palmer, Dra. Tamsin Donaldson, Penny Taylor (AIATSIS), os consultores Gil Hardwick, Dr. Edward M. MacDonald, e Dr. Barrie Machin (Perth), e Robert Reynolds, Dept. of Aboriginal Sites, e Prof. Wil Christenson e Profa. Chris Birdsell (School of Social Sciences, Curtin University of Technology, Perth). O presidente da AIATSIS e líder aborígene Ken Colbung, e alunos aborígenes da University of Western Australia, Perth. Agradeço a todos que participaram do meu levantamento de pesquisa, muitos dos quais me dedicaram longas horas. Ressalto que há muitos outros antropólogos que desempenharam um papel fundamental na história recente da disciplina que, por motivo de limitações de tempo neste levantamento, não pude entrevistar.

que suas observações eram preliminares e merecedoras de uma reflexão mais profunda.

Certos etnólogos expressaram desconfiança quanto às intenções de um desconhecido, de outro país, chegar como se fosse "de pára-quebras" e ter o que julgaram a pretensão de comentar sobre uma disciplina à qual eles dedicaram muitos anos das suas vidas. Em alguns casos houve uma relutância em divulgar, em uma hora e pouco de entrevista, detalhes da sua vida profissional e dos seus pensamentos sobre a antropologia que resultaram de longos anos de pesquisas. Comentários do tipo: "Os meus relatórios de pesquisa são politicamente sensíveis demais para lhe mostrar", com acréscimos que revelavam o seu receio de que a citação dos seus comentários por mim, fora do contexto político local, pudesse ter conseqüências adversas. Obviamente, como nas minhas pesquisas anteriores com uma população indígena, teria que passar um período de pesquisa de campo de longa duração com alguns etnólogos "nativos", para começar a ganhar a sua confiança. Tenho que respeitar, por um lado, os limites impostos por minha própria falta de conhecimento da etnologia indígena na Austrália e por minha falta de familiaridade com o ethos da comunidade acadêmica naquele país e, por outro lado, os limites impostos pelos entrevistados ao exigir um controle sobre a divulgação dos seus comentários verbais. Entretanto, apesar de um evidente constrangimento em alguns casos, quase todos os etnólogos encontrados aceitaram ser entrevistados.

Minha situação, ao realizar este levantamento de pesquisa, foi permeada por ambigüidades, pois, apesar de eu ter nascido nas Ilhas Britânicas, sou brasileiro por nacionalidade e por formação acadêmica a nível de doutorado. Cursei o mestrado (M Phil.) em antropologia social na Universidade de Cambridge (1979-80), Inglaterra, vindo para a UnB em 1980, primeiro como aluno especial. Entrei no programa de doutorado (1981-87), orientado pelo Prof. Julio Cezar Melatti, onde também cursei disciplinas ministradas pelo Prof. Roberto Cardoso de Oliveira, fundador do doutorado na UnB, sendo a antropologia brasileira, mais especificamente a etnologia indígena, a área em que consolidei minha formação. Uso minha experiência na etnologia brasileira durante os últimos doze anos como caso paradigmático para abordar a etnologia indígena na Austrália.

Enquanto no Brasil, país em que resido desde 1980, sou mais comumente classificado pelos antropólogos como "anglo-saxão", e por outros, inclusive alguns indigenistas, como "estrangeiro" ou "gringo", ao me destacar por minha aparência pouco nativa e sotaque, na Austrália havia mais ambigüidade quanto à identidade que me foi atribuída. Fui visto, em primeiro lugar, como brasileiro, pois escrevera da Universidade de Brasília para estabelecer os primeiros contatos e fui à Austrália com financiamento do CNPq. Contudo, vários antropólogos australianos me caracterizaram como não sendo um "verdadeiro" brasileiro. Fui apresentado às vezes como brasileiro, outras vezes como inglês que mora no Brasil, e ainda como "pommy", termo em gíria australiana usado para se referir aos imigrantes britânicos que residem na Austrália. Essas observações, à primeira vista triviais, revelam um essencialismo quanto à atribuição da identidade que permeia o senso comum e molda os estilos da disciplina.

Austrália: O lugar da etnologia indígena na antropologia

Escolhi a etnologia indígena como foco de pesquisa, em primeiro lugar por ser a minha principal área de interesse, e decidi concentrar-me especificamente na etnologia que estuda as populações aborígenes do continente australiano, ignorando as outras principais áreas geográficas que são objeto de estudo da antropologia que se faz na Austrália, como as

pesquisas sobre populações indígenas da Papua-Nova Guiné, Oceânia, e outras áreas de estudo como o sudeste e sul da Ásia. A antropologia na Austrália é dividida, pelos antropólogos que trabalham naquele país, em áreas geográficas a nível mundial, como nas tradições antropológicas britânicas e norte-americanas, e diferente da antropologia que se faz no Brasil que, até a última década, restringiu-se, com raras exceções, ao Brasil. Somente nos anos recentes a antropologia no Brasil passou a incluir pesquisas sobre estilos de antropologia. Outros trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira (1988) - a proposta de estudar antropologias periféricas; Mariza Peirano (1981, 1987, 1988, 1989, 1992) - Brasil e Índia; Mariza Corrêa (1991) - Brasil; Leonardo Fígoli (1989) - Argentina; e Guillermo Rubens (1990) - Canadá francófono; abordam estilos de antropologia em países periféricos, representando tentativas, algumas comparativas, de pensar antropologicamente a disciplina. A escolha da etnologia indígena na Austrália como objeto de enfoque foi feita para limitar a abrangência da pesquisa numa vasta literatura antropológica, embora nas etapas futuras eu pretenda me familiarizar mais com os outros campos de estudo da disciplina para examinar sua relação com etnologia indígena.

Outro motivo da minha escolha é o lugar central dado à etnologia indígena pelos antropólogos "nativos". Ronald Berndt & Robert Tonkinson (1988), ao avaliar os desenvolvimentos da etnologia indígena na Austrália entre 1961 e 1986, frisam: "Pode-se dizer que a antropologia social na Austrália ainda é vista, tanto dentro da Austrália como no exterior, em termos de pesquisa e publicações sobre aborígenes, embora as pesquisas também abranjam a sociedade australiana global e as regiões circunvizinhas" (1988:6). Berndt & Tonkinson afirmam que, até 1986, não havia uma grande aceitação de novos modelos teóricos da Europa e dos Estados Unidos entre etnólogos na Austrália. Dividem seu livro em cinco tópicos: gênero, parentesco, economia, política e religião, os quais, com exceção de "gênero", seguem a divisão tradicional da monografia na antropologia britânica, revelando a forte influência desta sobre sua maneira de ver a antropologia na Austrália. A grande maioria dos trabalhos etnológicos sobre populações nativas era do tipo monográfico que trata do sistema sociocultural do grupo objeto de estudo. Berndt & Tonkinson observam que a "antropologia de resgate" que prevaleceu até 1961, quase desapareceu, já que predominam os processos de mudança e transformação cultural (1988:4).

John Barnes (in Berndt & Tonkinson, 1988:269-270) relaciona o enfoque de "antropologia de resgate" daquela época (uma tentativa de recordar o patrimônio aborígene antes do seu desaparecimento), em parte, a uma estratégia para conseguir verbas do governo da Commonwealth Australiana. Ao acentuar o contraste entre a cultura tradicional do passado e as situações de rápida mudança social e cultural do presente, foi possível dar a impressão de que os propostos programas de pesquisa não infringiriam os interesses da burocracia de "Aboriginal welfare". Jeremy Beckett critica a afirmação feita por John Barnes de que antropologia na Austrália estava desligada dos problemas políticos das populações nativas e sugere que Barnes e outros antropólogos da sua linha desencorajaram um envolvimento político dos seus alunos de pós-graduação. Beckett afirma que, desde a década de 60, escreveu sobre o consumo de bebida alcoólica entre aborígenes como uma forma de resistência, além de focalizar os movimentos políticos entre os ilhéus do Estreito de Torres.

Vários etnólogos ressaltaram a estreita relação entre a etnologia indígena que se faz na Austrália e as questões políticas interna e externa e como esta etnologia tem sido moldada pela legislação e política indigenista. Alguns trabalhos etnológicos focalizam a questão de aboriginalidade na sociedade australiana (por exemplo, Beckett 1988a, 1988b;

Rowse 1988; Morris 1988) e sua relação com a construção de um nacionalismo australiano que vem surgindo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

Austrália: o contexto ideológico e político

Conforme a maioria dos antropólogos entrevistados, os australianos, até a década de 1950, viam-se como europeus, sobretudo britânicos [4], e conceituavam a Austrália como um estado-nação europeu de colonização, de fala inglesa, muito distante da Europa. Segundo Trood (1990:89), quando a Commonwealth da Austrália foi fundada em 1901, seus líderes políticos não consideravam seriamente a possibilidade de seguir uma política de relações exteriores independente. Citando o primeiro ministro da nova nação, Edmund Barton: "política de relações exteriores (australiana) é do domínio do Império" (britânico) e, segundo Trood, a maioria dos australianos concordavam com isso. Durante várias décadas, definiam seu lugar em assuntos internacionais com referência ao status do seu país como parte do Império Britânico mais do que como um país autônomo e independente dentro do sistema internacional.

Na primeira metade do século, a antropologia na Austrália tem de ser examinada dentro deste contexto. Partindo dessa configuração política, e tomando em consideração o fato de que, ao ter acesso fácil a antropólogos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos através da língua inglesa, e pelo fato de que muitos antropólogos que trabalham na Austrália vêm desses dois países e/ou ali realizaram seus doutorados ou pós-doutorados, vários antropólogos na Austrália afirmaram que a antropologia que se faz neste país seria melhor caracterizada como "semi-periférica", no sentido usado por Roberto Cardoso de Oliveira (1988:143-159) ao se referir às "antropologias periféricas".

A nível teórico, pretende-se interpretar a etnologia indígena na Austrália em suas respectivas singularidades, sem no entanto desenraizá-la da matriz disciplinar que a gerou. A nível prático, espera-se aumentar as relações entre institutos ou departamentos de antropologia na Austrália e no Brasil. Seguindo Stocking Jr. (1982:172), a antropologia que se faz na Austrália pode ser considerada uma antropologia que, até aproximadamente 30 anos atrás, surgiu e se estabeleceu dentro do contexto da "construção do império" mais do que uma antropologia que se desenvolveu no contexto da "construção da nação", o que reforça ainda mais sua caracterização como "semi-periférica". Nesse aspecto, a história da antropologia na Austrália até a década de 1950 está estreitamente relacionada aos acontecimentos políticos mundiais e seu impacto nesse continente visto através de um prisma britânico.

A maioria dos antropólogos entrevistados afirmou que nation-building não se apresentava como uma questão relevante na antropologia que se faz na Austrália. Um antropólogo norte-americano ali radicado opinou que a questão da construção da nação não está presente no pensamento dos pesquisadores, que focalizaram mais a questão da tensão entre aborígenes e a sociedade nacional. O mesmo antropólogo norte-americano citou, em

[4] Apesar de ser pensada como um estado-nação de colonização sobretudo britânico, Annette Hamilton da Macquarie University, Sydney (comunicação pessoal) ressaltou que a partir da sua independência em 1901, havia na Austrália um significativo componente irlandês na população, que desde o início da colonização distinguia-se dos britânicos. Contudo, no início da década de 1980, cerca de 80% da população era de descendência britânica, conseqüência da política governamental até a década de 1970 de restringir imigração a brancos.

contraste, a antropologia que se faz na Indonésia como exemplo de um estilo de antropologia estreitamente relacionada às questões de integração nacional e a tentativa de criar uma identidade nacional, em que alguns antropólogos, como, por exemplo, Koentjaraningrat, identificam-se com essas questões, abordando-as através de uma teoria sobre etnicidade e um enfoque da questão do surgimento de uma identidade indonésia. Uma situação, entretanto, muito distinta da do Brasil, considerando que a Indonésia é um estado-nação muito mais novo que o Brasil, constituído de uma grande arquipélago de muitas ilhas e dividido por grandes contingentes de grupos étnicos muito diversos em línguas e culturas. Entretanto, por ser uma ex-colônia em que uma maioria de populações colonizadas foi dominada por uma minoria de colonizadores europeus durante a ocupação holandesa, diferente da Austrália que foi pensada como uma nação europeia de colonização, a Indonésia enfrentou, e está enfrentando, o problema de tentar construir um estado-nação como programa político (Geertz, 1978).

Com a perspectiva de guerra na Ásia e no Pacífico, o governo de Menzies, em 1939, tomou providências para estabelecer contatos diplomáticos com os Estados mais importantes da região e desempenhar um papel mais ativo em questões locais, o que marcou um primeiro passo para uma autonomia. A invasão japonesa dos países ao norte do continente australiano foi interpretada como uma grande ameaça para a Austrália e o governo trabalhista de John Curtin apelou por apoio aos Estados Unidos. Durante a 2ª Guerra Mundial, enquanto tropas australianas foram deslocadas para a Europa, o Oriente Médio e o Norte da África, tropas norte-americanas foram baseadas no extremo norte da Austrália, em contato direto com as populações aborígenes. Alguns aborígenes tiveram a experiência de conhecer, pela primeira vez, outras pessoas classificadas como "blacks". A ameaça de uma invasão do norte despertou interesses nacionais e uma consciência de estar localizada na periferia da Ásia. A partir dessa época a Ásia e o Pacífico tornaram-se áreas de interesse nacional.

Somente a partir da 2ª Guerra Mundial, quando os australianos se sentiram abandonados pela Grã-Bretanha, houve o início de uma modificação e repensamento da tradição cultural e política britânica e da perspectiva anglocêntrica, até então, arraigadas na Austrália. O Tratado ANZUS, de 1951, entre a Austrália, Nova Zelândia e os Estados Unidos da América foi a primeira tentativa de formalizar as relações com o governo norte-americano. Com a criação da SEATO (South East Asia Treaty Organization), em 1954, contra a expansão comunista, os principais aspectos da política exterior norte-americana foram acatados pelo governo australiano. A partir do momento em que as forças navais do Reino Unido se retiraram do "leste de Suez", torna-se evidente a estreita consonância entre a política do governo australiano e os critérios políticos adotados pelos Estados Unidos da América para a região. Depois da 2ª Guerra Mundial, a Austrália tornou-se cliente dos Estados Unidos e do Japão.

A antropologia na Austrália está estreitamente relacionada às influências da Grã-Bretanha e da América do Norte - os Estados Unidos e, talvez menos, o Canadá - que constituem a esfera principal de intercâmbio de profissionais na disciplina. Até a década de 1960, os modelos britânicos dominaram a antropologia na Austrália. Cabe mencionar que predominavam os temas tradicionais da antropologia britânica, baseados em estudos de organização social e parentesco, tratando as populações indígenas como unidades socioculturais autônomas. Na etnologia indígena na Austrália, antes da década de 1970, pouco se dizia sobre o contato interétnico e questões como aborígenes e a polícia e a violência da situação colonial em que se encontram as populações aborígenes. Pouco se dizia,

inclusive, sobre as populações aborígenes das regiões densamente povoadas do sudeste, litoral do leste e sudoeste do continente australiano, que sofreram o primeiro impacto da colonização e com mais violência, tendo a etnologia focalizado como objeto de estudo os aborígenes do norte e centro do continente. Os aborígenes "do norte" foram caracterizados, em linguagem popular, como "full-blood" ("puros", "de sangue puro"), categorias baseadas no conceito de "raça", em contraste com os "do sul", "half-castes", "mixed blood" ("mestiços") das áreas mais densamente povoadas por imigrantes, apesar de todos terem sido sujeitos à miscigenação biológica. Os primeiros foram caracterizados como "mais autênticos", "verdadeiros" e "tradicionais", e assim definidos como objeto privilegiado de estudo em contraste com os "menos autênticos" (Cowlshaw, 1986:2) das regiões densamente povoadas, sobretudo os aborígenes citadinos.

Uma antropóloga aborígene [5] (Langton, 1981:16), que se definia como ativista, comenta que poucos antropólogos realizaram pesquisas sobre a vida de aborígenes em contextos urbanos, e as que se fizeram não rompem com a ideologia que divide os aborígenes entre tribais e destribalizados - os aborígenes "verdadeiros" e os outros. Langton critica os antropólogos por, segundo ela, terem criado essa ideologia. Em consequência da dicotomia "full-blood - half-aste" (sangue puro - mestiço) e do "triângulo citadino-rural-tribal", surge o modelo popular e insustentável de uma população aborígene "em vias de se destribalizar" ou "em vias de se tornar cidadina". Através desse modelo, segundo Langton, o discurso assimilacionista foi apropriado pela antropologia.

Apesar da rejeição, por parte de aborígenes, do papel do antropólogo como seu intermediário ou defensor, a legislação para reivindicar territórios indígenas exige a participação de antropólogos. Langton, na palestra "Wentworth" de 1992, organizada pelo "Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies" (AIATSIS), expôs sobre suas pesquisas a respeito das relações entre aborígenes e a polícia no Território do Norte e as soluções encontradas por aborígenes através de projetos comunitários de policiamento feitos por eles mesmos. Projetos pensados através da ideologia de autodeterminação indígena que visam diminuir a violência dentro das comunidades, ao mesmo tempo diminuindo a violência policial que aumenta ainda mais a primeira.

As populações aborígenes "do norte" do continente foram contrastadas com aquelas "do sul" também na base de uma dicotomia entre uma "Austrália povoada" ("settled Australia") e "Austrália despovoada", apesar de todo o continente ter sido colonizado. A dicotomia falsa, constata Cowlshaw (1986:2), ainda arraigada à antropologia, manifesta-se na tendência de privilegiar pesquisas no norte do continente. Cowlshaw afirma que não foram desenvolvidos, dentro da antropologia na Austrália, conceitos ou teorias que davam conta nem das relações entre populações indígenas e a sociedade nacional, nem de mudança social, apesar dos antropólogos vivenciarem essas questões durante suas pesquisas de campo. Os antropólogos tradicionalmente negaram aos aborígenes a sobrevivência da sua cultura nas "settled areas", afirmando a "destruição" e "perda" da sua cultura. Somente uma minoria destes profissionais focaliza as populações aborígenes

[5] Uma dos poucos antropólogos aborígenes. Antropólogos que trabalham na Austrália informaram que há poucos aborígenes que trabalham na disciplina, apesar de observar, nos anos recentes, um aumento de interesse entre alunos aborígenes pela antropologia. Alguns explicaram a escassez de etnólogos aborígenes pelo fato de que há oportunidades criadas pelo governo para absorver aborígenes com ensino superior em cargos com remuneração muito mais alta.

cidadinas e/ou das regiões do continente densamente povoadas por populações não-aborígenes e, por caminhos diferentes, rompem com a busca do "tradicional" de uma etnologia de continuidade cultural (para mencionar somente alguns exemplos, Beckett, 1958, 1964, 1992; Sansom, 1980, 1991; P. Baines 1988, 1991; Cowlshaw, 1986, 1988; Langton, 1991; Morris, 1985, 1991).

Uma antropóloga entrevistada afirmou que os aborígenes citadinos com quem realiza pesquisa interpretam a negação antropológica de sua identidade cultural como mais uma expressão do desejo dos não-aborígenes de que eles desapareçam como um povo, vendo essa negação, também, como equivalente a violação dos locais que lhes são sagrados.

Cowlshaw (1986:3) sugere que os antropólogos acriticamente tenham equiparado "aborígenes tradicionais" ao conceito evolucionista prevalente no início do século, de "raça aborígene", uma equivalência que, usando categorias incorporadas por alguns antropólogos da comunidade acadêmica australiana, desvalorizou o estudo de grupos "não-tradicionais", "não verdadeiros", "mestiços", "do sul" do continente. Cowlshaw argumenta que a definição submersa ou insinuada de aborígenes como uma "raça" existe como um "pressuposto cultural" incorporado pela antropologia social na Austrália desde a adoção do paradigma estrutural-funcionalista. O enfoque estreito da etnologia indígena na reconstrução de sociedades aborígenes "como fossem" eliminou a possibilidade de uma preocupação com o contexto da sociedade nacional e os fatores políticos do contato interétnico que, com raras exceções, não foram focalizados como questões centrais da etnologia indígena. Essa preocupação chegou à antropologia através de outras disciplinas como a Ciência Política (por exemplo, Rowley, 1970, 1971). Cabe destacar que essa preocupação veio de fora da disciplina. Cowlshaw (1986:11) afirma que o ponto de vista que assume que há uma posição antropológica correta sobre questões políticas e éticas tende a sufocar qualquer debate sobre essas questões. Essas categorias permeiam a etnologia indígena na Austrália e, em grande parte, moldaram os rumos da disciplina, ao serem incorporados na definição do que era e o que não era o objeto de estudo da disciplina.

Cowlshaw (1986:1) afirma que as idéias a respeito da antropologia que subjazem a essa divisão foram pouco examinadas. A representação de sociedades aborígenes contemporâneas tem sido inadequada porque a antropologia não desenvolveu conceitos que dão conta da mudança social. Os conceitos de cultura e estrutura social fundamentaram-se numa totalidade e ordem social integrada, um conceito antropológico de "cultura tradicional", associado ao conceito antigo de "raça", que não explica o caráter total do contato interétnico. Esse viés teórico impossibilitou o reconhecimento de uma ideologia sistemática e consistente entre grupos subordinados a que se nega o poder de dar expressão às suas idéias. Uma consequência tem sido que muitos antropólogos caíram num dualismo que reflete o impasse teórico de uma perspectiva que não dá conta de fatores históricos, políticos e econômicos. Outra consequência foi que pesquisas antropológicas junto a populações indígenas "não tradicionais" tiveram baixo status na comunidade acadêmica (Cowlshaw, 1986:8).

Pesquisas realizadas junto a populações aborígenes no estado de Nova Gales do Sul foram consideradas como um aprendizado antes de começar a pesquisa "verdadeira", ou no norte do continente entre os "verdadeiros" aborígenes ou com populações indígenas além-mar. Cowlshaw afirma que, ao focalizar a questão de racismo como objeto de estudo, o seu trabalho não é reconhecido por alguns etnólogos na Austrália como "antropologia", que o classificam como "sociologia" por focalizar um domínio relacionado à sociedade

nacional. A escassez de pesquisas entre aborígenes citadinos é uma questão melindrosa para alguns antropólogos de orientação mais tradicional.

A etnologia indígena no final do século XIX e no início do século XX - Austrália como arena de exemplos etnográficos para a antropologia emergente dos "países de centro".

Não tenho pretensões, nem conhecimento suficiente, para entrar em detalhes sobre a história da antropologia na Austrália, tarefa que, ademais, já foi feita por Hamilton (1982), Peterson (1990), McCall (1982) e outros, além de existir uma multiplicidade de histórias das subdivisões da antropologia, e de áreas especializadas. Porém, acho imprescindível esboçar as minhas primeiras impressões baseadas em alguns textos indicados pelos antropólogos entrevistados e nas entrevistas que realizei na Austrália, considerando que o desenvolvimento da antropologia somente pode ser compreendido dentro do contexto histórico da formação da Austrália como estado-nação.

Na primeira metade do século passado o interesse em frenologia levou à exportação de crânios de aborígenes à Inglaterra (Hamilton, 1982:92). No final do século passado e início deste século, a vida dos aborígenes passou a ser considerada, nos debates sobre a evolução social, como uma janela privilegiada para as origens da religião, do matrimônio e da vida social. Os primeiros cientistas que passaram períodos longos com aborígenes eram cientistas naturais, interessados, primeiramente, na coleta e estudo de flora e fauna. Peterson aponta Baldwin Spencer, professor de zoologia da Universidade de Melbourne, como "um pai fundador da antropologia acadêmica na Austrália" (1990:5).

Na Austrália, como no Brasil, a antropologia foi estabelecida primeiro nos museus. O Museu Australiano em Sydney foi iniciado em 1829, seguido pelo Museu de Tasmânia em 1843, o Museu Nacional de Vitória em 1854, o Museu de Queensland em 1855, o Museu de Austrália Meridional em 1856 e o Museu de Austrália Ocidental em 1891 (McCarthy, 1982:23). O final do século passado e início deste século foi um período marcado por várias expedições antropológicas no continente australiano. A Expedição Científica Horne à Austrália Central, da qual participou Baldwin Spencer, em 1894, e a expedição da Universidade de Cambridge ao Estreito de Torres em 1898, da qual participou Haddon, foram seguidas por uma expedição de um ano realizada por Spencer e Gillen em 1901, e a Expedição Antropológica de Oxford e Cambridge à Austrália Ocidental em 1910-11, com a participação de A.R. Brown (posteriormente, Radcliffe-Brown). Hamilton (1982:95) menciona que em 1911, quando Radcliffe-Brown estava assistindo uma cerimônia de iniciação no interior da Austrália Ocidental, junto com Daisy Bates, o acampamento de aborígenes foi invadido pela polícia. Radcliffe-Brown abandonou a região e seguiu para a ilha de Bernier, um hospital para aborígenes com doenças venéreas terminais.

Essas primeiras pesquisas estimularam o interesse de antropólogos radicados na Europa, sobretudo os britânicos. A etnografia desta época, realizada na Austrália, oferecia dados para a discussão teórica, em obras de Van Genep (1905), Marett (1909), Frazer (1910), Durkheim (1912), Freud (1913), Malinowski (1913), Radcliffe-Brown (antes de assumir a primeira cadeira em antropologia na Universidade de Sydney em 1926) e outros (cf. Stocking, Jr., 1984). Nesse período, pode-se afirmar que a Austrália servia como uma arena para exemplos etnográficos, do "homem da Idade da Pedra" da teoria evolucionista, visto como "o nosso ancestral contemporâneo", o "mais primitivo" e "mais exótico", para os grandes debates da antropologia nos "países de centro", onde a disciplina estava em processo de consolidação, análoga ao papel frequentemente atribuído à Amazônia, em

tempos mais recentes, como arena de exemplos etnográficos para os debates sobre a relação entre o homem e o meio-ambiente, sobretudo em trabalhos de inspiração neo-evolucionista, na ecologia cultural e na sociobiologia norte-americanos.

Os dados sobre o totemismo publicados por B. Spencer e F.J. Gillen (1899) foram usados para questionar as premissas da época e tiveram um impacto tão grande que Malinowski sugeriu, em 1913, que metade da teoria antropológica escrita desde então fora baseada neles (Stocking, Jr., 1983:79). Entretanto, segundo Stocking Jr. (Ibid.), Baldwin Spencer, realizando pesquisas numa colônia distante, não criou uma escola de antropologia e não deixou sucessores acadêmicos, sendo incorporado numa linha de etnólogos australianos que forneciam dados etnográficos para antropólogos nos "países de centro". Baldwin Spencer é visto por Stocking Jr. como agente etnográfico na Austrália com quem Frazer correspondia da sua poltrona na Inglaterra. Assim, conforme Stocking Jr., Baldwin Spencer foi excluído do processo de construção de mitos da antropologia britânica, onde relações de linhagem desempenharam um papel determinante.

De maneira semelhante Lorimer Fison e A. W. Howitt correspondiam, na década de 1870, com Lewis Henry Morgan nos Estados Unidos e, após sua morte, com E.B. Tylor na Inglaterra (Mulvaney, 1990:34-42), fornecendo-lhes dados etnográficos. O caso de Baldwin Spencer como o de Fison e Howitt, pode ser comparado ao de Curt Nimuendajú no Brasil, que correspondia com Robert Lowie nos Estados Unidos, fornecendo-lhe dados sobre populações indígenas do Brasil (Melatti, 1985). Os dados de Nimuendajú impressionaram, depois, a Lévi-Strauss e George Murdock.

Em 1914, Haddon, Rivers e Marett foram da Inglaterra para a primeira Reunião da Associação Britânica para o Progresso das Ciências realizada na Austrália, em Melbourne. Malinowski também estava presente na reunião e, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial, foi ameaçado de internação por ser polonês de nacionalidade austríaca, escolhendo as ilhas Trobriand para passar o período de internação. Foi a partir desta data que foram iniciadas as primeiras tentativas formais para estabelecer antropologia na Austrália como uma disciplina universitária, interrompidas pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Em 1919, Haddon tentou reativar a proposta.

Antes da 1ª Guerra, o interesse em estabelecer a antropologia na Austrália foi expresso em termos da importância de conhecimentos sobre aborígenes para a ciência. Desde a década de 1880 a Grã-Bretanha e a Alemanha assumiram a soberania da Nova Guiné. Como consequência da Guerra, a Liga de Nações deu um mandato para a Austrália governar Nova Guiné em 1920, e em 1921 foi promulgada a Ata da Nova Guiné pelo governo da Commonwealth Australiana, estabelecendo uma administração civil e colocando a parte oriental da Nova Guiné sob controle da Austrália. No mesmo ano, em reunião do ramo australiano da Associação para o Progresso da Ciência, a seção de antropologia apresentou uma proposta de estabelecer a antropologia como uma disciplina acadêmica, fazendo referência ao seu uso político "em governar raças subordinadas" (Elkin, 1970: 250). Nesta reunião, foi criado o Australian National Research Council (ANRC), que tomou iniciativas para estabelecer uma cadeira de antropologia antes do 2º Congresso Pan-Pacífico de Ciências, realizado na Austrália em 1923. Peterson (1990) revela que o Congresso ressaltou a necessidade do ensino de antropologia nas Universidades, mencionando a utilidade da pesquisa antropológica na Nova Guiné, sem mencionar, entretanto, sua utilidade junto a populações aborígenes na Austrália.

Depois do Congresso, o ANRC conseguiu o apoio do governo australiano para estabelecer uma cadeira em antropologia na Universidade de Sydney. Contudo, o governo

retirou seu apoio e a Fundação Rockefeller ofereceu financiamento, supondo que a biologia humana seria privilegiada. Com apoio da Fundação Rockefeller, que resolveu repassar verbas através do ANRC, e do governo australiano, a Universidade de Sydney estabeleceu uma cadeira em antropologia em 1925, e o britânico Radcliffe-Brown foi escolhido para o cargo, assumindo em 1926. Radcliffe-Brown visualizava a antropologia como uma disciplina científica, considerando seus usos na administração de populações nativas de importância secundária. Seu interesse era de delinear a estrutura interna do típico grupo social aborígine e traçar suas variações por todo o continente, o que conduziu, nas décadas seguintes, a estudos descritivos sobre organização social, parentesco, formas de matrimônio, religião, e aspectos tradicionais. Os resultados de muitas destas pesquisas foram publicados no periódico *Oceania*, criado por Radcliffe-Brown em 1930. Em 1931, Radcliffe-Brown deixou o Departamento de Sydney, e o neo-zelandês Raymond Firth assumiu como professor titular interino por 18 meses, mudando logo para a London School of Economics com Malinowski. O antropólogo e pastor religioso australiano A.P. Elkin assumiu em 1933, permanecendo no cargo até se aposentar em 1956. O financiamento da Fundação Rockefeller continuou até 1938, embora as últimas pesquisas financiadas por ela tenham sido concluídas em 1940.

Desde o início, a antropologia não foi considerada de utilidade prática para administradores de aborígenes na Austrália, enquanto a administração da Nova Guiné a considerava útil. Em 1921 e 1924 dois antropólogos do governo foram nomeados para trabalhar na Nova Guiné, e funcionários administrativos passaram um período de treinamento de um ano no Departamento de Antropologia de Sydney, após sua fundação (Peterson, 1990:12). Firth, numa tentativa de salvá-lo de fechamento por falta de verbas, divulgou que o Departamento de Sydney treinara, durante seus primeiros 6 anos, 14 funcionários para o serviço colonial australiano, uma dúzia de funcionários administrativos para trabalhar no norte do continente e alguns missionários, além de ter aceito mais de 300 alunos (McCall, 1982:13). Peterson aponta como a teoria funcionalista foi considerada adequada para a política de administração indireta na Nova Guiné, onde o governo se preocupava com sociedades que "funcionavam quase independentemente" (1990:12-13), vendo a antropologia como útil lá para fins administrativos. Essa observação aponta a forte correlação entre a teoria funcionalista e um certo tipo de colonialismo.

Peterson (Ibid.) frisa que na Austrália havia populações indígenas que, apesar de terem sofrido transformações demográficas e econômicas, tinham uma orientação social e cultural semelhantes àquela da época pré-colonial. Afirma que o passado pré-colonial estava suficientemente próximo para não ameaçar o paradigma funcionalista, admitindo uma certa reconstrução. Peterson, entretanto, explica que a antropologia não foi considerada de relevância prática para a administração de aborígenes na Austrália porque, segundo ele, os povos indígenas não se encontravam em situações e com organização social adequadas para a administração indireta, diferentemente dos povos da Nova Guiné. Outra explicação seria encontrada a partir do fato de que a Austrália foi pensada, na época, como uma nação europeia de colonização, com que a prática de administração indireta seria incompatível, reservada para as colônias e países sob mandato. Beckett (1988a:195) - menciona que até o final da década de 1960, os historiadores australianos omitiram os aborígenes da história da Austrália, preocupados que estavam com a história da transformação da colônia em um estado-nação anglofone. Como Peterson (1990) afirma, até o início da 2ª Guerra Mundial, a pesquisa com aborígenes foi realizada para fornecer indicações sobre a "natureza do homem" e não sob o pretexto de ser útil para a adminis

tração.

Hamilton (1982:98) retrata A.P.Elkin, na década de 30, como paternalista, orgulhoso por ser mediador entre os aborígenes e as entidades governamentais responsáveis pela formulação da política indigenista, e sem conseguir visualizar alternativas viáveis à intervenção paternalista governamental. Ela observa (1982:100), entretanto, que, nessa época, o envolvimento de antropólogos com agências governamentais foi considerado louvável por ser uma preocupação por parte deles com o bem-estar dos aborígenes. Até os fins da década de 1930 a questão de "mudança social" tornou-se tema de debate em toda a região. Com a cessão de financiamento pelo ANRC e Fundação Rockefeller, o Departamento de Antropologia em Sydney estava procurando verbas, e questões relacionadas à "administração de nativos" tornaram-se prioritárias. Antropólogos começaram a ser alvo de críticas por defenderem a manutenção de reservas indígenas no Território do Norte, vistas como empecilhos ao desenvolvimento econômico. Foram acusados de quererem manter aborígenes em redomas com o objetivo de conservar os seus objetos de estudo.

A etnologia indígena na Austrália após a Segunda Guerra Mundial

Após a 2ª Guerra Mundial, Peterson (1990:14) observa uma transformação fundamental na antropologia. A ameaça de uma invasão japonesa do norte levou o governo a melhorar as comunicações internas na Austrália e a ocupar definitivamente o norte do continente, sobretudo no Território do Norte. Neste período, apesar do fato de que havia cerca de mil aborígenes sem contato com europeus, do ponto de vista acadêmico, tanto dentro da Austrália como no exterior, prevalecia a idéia de que os aborígenes não apresentavam um objeto de estudo privilegiado para a antropologia, por serem pensados como "os nossos outros" e, assim, menos exóticos que "os outros" além dos mares. Uma das conseqüências disso, segundo Peterson (1990), foi que realizar pesquisas com aborígenes era pensado como "fazer antropologia em casa", enquanto, antes desse período, realizar pesquisas junto a populações aborígenes no norte da Austrália era considerado como se fosse pesquisar num país estrangeiro. A pesquisa antropológica realizada na Austrália passou a ter menos valor profissionalmente do que aquela realizada fora do país.

Isto contrasta muito com a etnologia indígena no Brasil nessa mesma época, que focalizava as populações indígenas no território brasileiro como objeto privilegiado de estudo. Peterson já afirmara, entretanto, que mesmo antes da ocupação mais intensiva do norte e centro do continente, que aconteceu a partir da 2ª Guerra Mundial, as populações aborígenes da Austrália não foram consideradas adequadas para a abordagem funcionalista. Numa nação européia de colonização pensada como uma extensão antípoda da Grã-Bretanha, não havia a possibilidade de admitir a administração indireta das populações indígenas e, conseqüentemente, a teoria funcionalista não era pensada como adequada para estudá-las. Nessa época as populações indígenas foram excluídas da história e do futuro da nação australiana, perdendo sua qualidade de "exóticas" [6].

[6] Jeremy Beckett (1992) ressalta que a África do Sul, até recentemente, excluiu a sua população africana (majoritária) da sua história e do seu destino, institucionalizando essa exclusão através da ficção do Bantustão. Na Austrália, em contraste, as populações indígenas que sobreviveram a colonização foram tão reduzidas que não havia necessidade de tais malabarismos colonialistas. Elas foram ou ignoradas, ou pensadas como estando em vias de desaparecimento, o que foi uma maneira

Cabe mencionar que vários antropólogos, como Hogbin, Wedgewood e Stanner se alistaram no setor de pesquisas do Exército australiano durante a 2ª Guerra. Stanner realizou trabalhos para o Exército no norte e centro da Austrália (Hamilton, 1982:98). Nestes anos, as populações nativas da Oceânia e do norte da Austrália sofreram o impacto violento da Guerra [7]. Após a Guerra, os objetos de estudo não-ocidentais, interessantes e autênticos e assim privilegiados da antropologia, só se encontravam fora da Austrália. As pressuposições embutidas na abordagem teórica privilegiavam o exótico, que era definido como aquelas sociedades mais suscetíveis à abordagem funcionalista, os "outros" colonizados, e não os "nossos" colonizados.

Foi nesse período que o treinamento de funcionários administrativos foi transferido do Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney para a Australian School of Pacific Administration, terminando a relação direta com a administração colonial. O Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney tornou-se exclusivamente acadêmico, embora Elkin tivesse um intenso interesse na formulação da política indigenista dentro do país e desempenhou um papel decisivo nessa área.

A consideração do uso da antropologia para fins políticos levou ao estabelecimento, em 1951, do segundo Departamento de Antropologia na Austrália - a Research School of Pacific Studies na recém-construída Australian National University (ANU), em Canberra, chefiado pelo britânico, S.F. Nadel, seguido por J.A. Barnes, da London School of Economics. O estabelecimento deste Departamento resultou de uma consciência, que surgiu na época da 2ª Guerra Mundial, da necessidade de uma compreensão das ilhas do oceano Pacífico e dos países ao norte do continente australiano. O Departamento treinou muitos alunos de pós-graduação, mas produziu pouca pesquisa sobre as populações aborígenes da Austrália. Até 1977, somente 7 entre 56 projetos de pesquisa da Research School of Pacific Studies focalizavam aborígenes (Peterson, 1990). Verbas foram alocadas para pesquisas fora da Austrália: de 5 alunos que realizaram suas primeiras pesquisas na Austrália, todos fizeram pesquisas para o doutorado ou no Estreito de Torres ou na Nova Guiné. Durante a década de 1950, somente 4 pesquisas de doutorado com aborígenes australianos foram financiadas. Nas décadas seguintes o campo de pesquisa concentrou-se na Nova Guiné e no sudeste da Ásia, sobretudo naqueles países com os quais o governo australiano tinha interesses diplomáticos.

O terceiro centro estabelecido para a antropologia, na Austrália Ocidental, foi resultado de um levantamento das ciências sociais na Austrália realizado pelos antropólogos americanos Clyde e Florence Kluckhohn em 1952. R. Berndt, que trabalhara sob a orientação de Elkin, foi nomeado professor titular de antropologia no Departamento de Psicologia em 1956, e um Departamento de Antropologia separado foi criado em 1961.

Conforme a visão de Peterson (1990), foi neste contexto de poucas pesquisas com populações aborígenes que se percebeu a necessidade de estabelecer um Instituto de Estudos Aborígenes. O início da década de 1960 foi marcado pelo afrouxamento dos laços

da nação européia de colonização negar a sua existência.

[7] Após a Guerra, foi realizada uma avaliação do seu impacto nas populações afetadas, pela CIMA - "Co-ordinated Investigation of Micronesian Anthropology". Neste empreendimento, 44 cientistas foram transportados para muitos dos 1400 atóis e ilhas da Micronésia, "iniciando a era da presença maciça de antropólogos americanos na região do oceano Pacífico e na Micronésia, onde antes os britânicos dominavam" (Hamilton, 1982:99).

com a Grã-Bretanha, o que conduziu ao surgimento do nacionalismo cultural e econômico da década de 70. W.C.Wentworth, Ministro de Assuntos Aborígenes, percebeu que as populações aborígenes e suas culturas constituíam um ícone de uma identidade australiana independente. O "Australian Institute of Aboriginal Studies" (AIAS) [8], estabelecido em Canberra em 1964, foi um instituto de pesquisa convencional durante os primeiros anos da sua existência. Porém, em 1974 um grupo de aborígenes questionou os benefícios que a antropologia oferecia para as populações aborígenes, e a partir desta data exigiram que o AIAS discutisse sua relação com as populações indígenas, e devolvesse às comunidades o resultado das pesquisas, além de exigir oportunidades para o treinamento de aborígenes como pesquisadores.

Enquanto a geração anterior de antropólogos na Austrália relegou a cultura dos aborígenes ao âmbito da pré-história, muitos antropólogos na década de 1960 procuravam suspender a cultura dos aborígenes no vácuo sem história do estrutural-funcionalismo (Beckett, 1988a:195). Até a década de 60, os antropólogos que trabalhavam na Austrália travavam um diálogo quase exclusivamente com a antropologia britânica.

A consolidação da antropologia na Austrália

Segundo Hamilton (1982:91), o desenvolvimento da antropologia como um sistema de conhecimento dentro das Universidades australianas, ocorreu através de um encontro incômodo entre as tradições intelectuais britânica e norte-americana e somente a partir da década de 1970 surgiu a possibilidade de um estilo de antropologia autenticamente australiano e um esforço para adotar um ponto de vista local e não colonial (Hamilton, 1982:103). Hamilton, ao caracterizar a história da Austrália como a apropriação da terra em nome da coroa britânica, o extermínio de populações aborígenes no litoral, o agrupamento dos sobreviventes em instituições e a aplicação de políticas de assimilação, ressalta a questão do colonialismo, em que os aborígenes foram considerados como se fossem cidadãos britânicos desde o início. Assim, os esforços dos aborígenes para se opor à conquista dos seus territórios e para sobreviver foram definidos como atos criminosos e não como conseqüências de uma guerra. Foram confrontados pela polícia e não por exércitos, como ainda acontece com freqüência (Ibid.:91-92).

Em 1955 o primeiro programa de doutorado foi estabelecido na Faculdade de Letras da Universidade de Sydney (Hamilton, 1982:99). Entre os primeiros candidatos eram J.H.Bell, M.Calley e M.J.Meggitt. Nos fins da década de 1950, o Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney já tinha alguns professores doutores da Australian National University, entre os quais, Jeremy Beckett, Les Hiatt e Michael Allen. Hamilton (1982:100) lembra que no início da década de 1960, período em que ela cursava a graduação, houve um influxo de modas na antropologia, desde a ecologia e o neo-evolucionismo dos Estados Unidos ao estruturalismo levi-straussiano da França. A influência da moda de "caçadores e coletores" repercutiu-se na Austrália, com a construção de uma imagem antropológica dos aborígenes como o protótipo sociológico, ecológico e evolucionário de caçadores e coletores. Uma imagem que ainda persiste nos trabalhos de alguns antropólogos.

[8] Renomeado, em 1989, "Australian Institute of Aboriginal and Torres Strait Islander Studies" (AIATSIS), para incluir o outro grupo étnico nativo do continente.

Jeremy Beckett (1988a:192), um dos primeiros etnólogos a romper com as abordagens tradicionais de organização social e parentesco, qualifica o caráter colonial da situação dos aborígenes na sociedade australiana como "a de uma minoria controlada por estruturas institucionais especializadas". A própria trajetória acadêmica de Beckett, nascido na Inglaterra, revela sua insatisfação com a etnologia indígena que ele encontrou na Austrália no início da década de 50. Suas intenções de realizar pesquisa para o doutorado na Nova Guiné foram impedidas pelo governo, que alegou, como pretexto, o seu envolvimento anterior com partidos políticos da esquerda. Face a esse impasse, Beckett escolheu como objeto de estudo populações aborígenes na região pastoril do oeste do estado de Nova Gales do Sul. Comenta que nessa época sua pesquisa não foi considerada como pesquisa séria por ser em "settled Australia", onde se achava que não havia aborígenes "tradicionais" que merecessem ser estudados. Beckett, insatisfeito com as linhas teóricas da época, abordou questões como o consumo de bebida alcoólica por aborígenes como forma de resistência à colonização européia. Passou logo a realizar pesquisas com os ilhéus do Estreito de Torres, inspirado por noções como a de colonialismo interno, e, após uma longa trajetória teórica em que não encontrou na maior parte da antropologia britânica subsídios para sua pesquisa, passou pelos Estados Unidos, desenvolvendo uma abordagem que focaliza o contato interétnico e a questão da política indigenista.

Nas palavras de Beckett: "Eu lia tudo (da antropologia britânica da época), tentei aplicar seu método, usei histórias de vida... mas, no final das contas, a sociedade que pesquisava estava em mudança constante. O paradigma dos antropólogos influenciados por Gluckman era estático...fiquei profundamente insatisfeito". Beckett relatou que, após procurar idéias nas obras de Julian Steward, Oscar Lewis, Robert Redfield e outros, ele encontrou inspiração nos trabalhos de Eric Wolf, indo à City University em 1968, onde o seu interesse antigo no marxismo foi ressuscitado, embora um marxismo soft. Foi inspirado também pelos trabalhos de Rodolfo Stavenhagen e Pablo Casanova.

Também na década de 50, no Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira, por outros caminhos, estava formulando sua teoria de "fricção interétnica". Cardoso de Oliveira, envolvido na formulação da política indigenista, convidado por Darcy Ribeiro para trabalhar no Serviço de Proteção aos Índios, procurava dar conta da ideologia nacional e a realidade dos índios. Através do conceito de "fricção interétnica", Cardoso de Oliveira foi obrigado a confrontar as idéias, arraigadas à definição das ciências sociais, de que a sociologia é o estudo da sociedade nacional enquanto a antropologia é o estudo dos "outros", o que levou a sua oscilação entre a sociologia e a antropologia (Peirano, 1981:160-161). Peirano argumenta que o fato de que o índio é visto como "diferente" e "oprimido" explica porque a abordagem de "fricção interétnica" nunca resolveu a questão de se este era assunto da antropologia ou da sociologia (Ibid.).

Mais tarde, com os trabalhos de Otávio Velho, abriu-se uma nova perspectiva na antropologia no Brasil com seu enfoque no estudo do estado-nação (Peirano, 1981:164) e, "apesar de esforços para incorporar o tema do índio à disciplina, o índio permaneceu sempre o 'outro' que é 'diferente'" (Ibid.:167). A premissa de homogeneidade, um dos princípios básicos da construção da nação brasileira, não encaixou no caso dos índios e, não podendo ser incorporados como parte de um "nós" nacional, foram excluídos como os "outros diferentes" (Ibid.:168). Peirano acrescenta que, na antropologia que se faz no Brasil, a preocupação com o destino dos índios nunca desapareceu, e que os antropólogos se preocupam com os índios no seu papel, no dizer de Peirano, de "intelectuais".

Na década de 50, a antropologia nos dois países foi definida em grande parte

como o estudo de populações indígenas, embora, na Austrália, diferente do Brasil, essa definição incluísse as populações indígenas de outros países da Oceania e do sudeste da Ásia, sobretudo da colônia australiana de Nova Guiné. Comparando as trajetórias acadêmicas de Roberto Cardoso de Oliveira e Jeremy Beckett, ambos tiveram importante papel na definição dos rumos que tomou a etnologia indígena, em seus respectivos países. Uma observação de Mariza Peirano ajuda a esclarecer o imenso impacto do trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, não somente na etnologia indígena, mas no estilo de antropologia que se faz no Brasil, diferente do caso de Beckett, cuja influência se limitou mais à área de etnologia indígena sobre populações aborígenes no continente australiano. Além do fato histórico que a antropologia que se fazia no Brasil das décadas de 50 e 60 era definida como o estudo de índios no território brasileiro, enquanto a antropologia que se fazia na Austrália já abrangia outras regiões do mundo, o estudo de aborígenes (os "nossos" outros) no continente australiano sendo considerado inclusive como uma área de menos prestígio, há ainda outra explicação.

O antropólogo no Brasil era parte de uma elite que se definia como o grupo "intelectual" do país que adota uma abordagem crítica à sociedade brasileira (Peirano, 1981:174-175). Citando Antônio Candido, Peirano argumenta que, no Brasil, há uma consciência de que, ao escrever, o antropólogo como intelectual e cidadão engajado, está contribuindo para a construção da nação. Como mostra Peirano, essa idéia, que "em contraste com o intelectual europeu ... para quem o compromisso com questões nacionais não é tão acentuado" (Ibid.), fazia parte da vida intelectual no Brasil, apesar de não ser sempre consciente no pensamento dos antropólogos brasileiros. Como mencionei acima, na Austrália, nessa época, de tradição antropológica em grande parte britânica, não havia uma identificação consciente do antropólogo com um papel de nation-building, a questão nacional tomando um lugar destacado na vida intelectual do país a partir do início dos anos 70 (Peterson, 1990:16), e de uma forma muito diferente da ideologia da construção da nação que Peirano indica no caso do Brasil.

Beckett, em trabalhos recentes, observa que os aborígenes, apesar de legislação diferente em cada estado australiano e no Território do Norte, foram sujeitos a pressões unificadoras a partir da década de 1930, muito antes que o governo federal tenha adotado assuntos aborígenes como uma questão nacional, em 1973. Quando os aborígenes começaram a participar do processo da construção da aboriginalidade pública, o Estado os incorporou nas suas estruturas, quando não os cooptou. Beckett frisa que "a construção da aboriginalidade pública deve ser examinada no contexto da formação de uma colônia britânica na era do imperialismo europeu, e a construção de um estado-nação semi-periférico num período da política de superpotências, comércio transnacional e cultura de massa" (1988a:193). Chama atenção a maneira de gerenciar a administração indigenista a nível nacional para colocar o assunto num contexto político mais amplo de movimentos como o pluriculturalismo e o ambientalismo, populares entre o eleitorado e entre a nova geração de funcionários do governo em assuntos indigenistas.

Beckett (1988b) examina a relação entre aboriginalidade, cidadania e o Estado, usando a noção de "welfare colonialism" (Colonialismo do Estado promotor de Bem-Estar Social) apresentada por Robert Paine para descrever a situação dos povos indígenas do Canadá (1977). Justapondo termos que implicam o reconhecimento de cidadania (acesso ao sistema de previdência social do Estado) e sua negação (colonialismo), Paine a considera uma política que é contraditória e instável, em que os colonizadores tomam as decisões que controlam o futuro dos colonizados. Porém, as decisões são tomadas (com ambigüidade)

em nome dos colonizados mas no interesse da cultura dos colonizadores (e das suas prioridades políticas, administrativas e econômicas). Faz parte da prática política de um estado-nação liberal e democrático, que visa manter uma certa harmonia social e equidade interna, e uma aparência de integridade moral. Conforme Beckett, o welfare colonialism surge quando o Estado se encontra constrangido em assuntos internos e externos pela presença de uma população indígena que se tornou minoritária no processo de colonização e que o Estado não pode dissolver simplesmente pela declaração de sua cidadania. A expropriação e a marginalização, conseqüências do colonialismo, produziram um nível de pobreza que a capacidade do mercado e o sistema de previdência social não conseguem eliminar. As medidas necessárias exigem recursos do Estado que são reivindicados por outros fins.

Os colonizadores tomam as decisões sobre assuntos aborígenes, porém não podem mais impô-las arbitrariamente. Outra característica contraditória do welfare colonialism é a necessidade de conseguir o consentimento dos colonizados como prova da sua cidadania. A freqüente fragmentação política dos colonizados leva o Estado a criar canais de expressão política e a articular as aspirações indígenas. Um burocrata governamental aborígine nota uma tendência recente para uma aceitação passiva dos atos dos governos estaduais e federal e um espaço cada vez mais reduzido para a expressão política dos aborígenes dentro da estrutura burocrática governamental.

A questão da imagem nacional da Austrália no exterior com relação às populações aborígenes tem se tornado um foco de atenção nas últimas duas décadas e atualmente está freqüentemente ressaltada pela imprensa. Para citar apenas alguns exemplos, em 11/3/92, uma matéria no jornal The West Australian divulga que um relatório do governo dos Estados Unidos da América criticou o que chama a falta de esforços por parte do governo australiano para diminuir o índice de encarceramento de aborígenes, novamente colocando esse assunto sob o enfoque internacional. Em 4/4/92, o jornal The West Australian publicou uma matéria sobre declarações do ex-chefe do Departamento de Relações Exteriores, afirmando que a Austrália não deve condenar as violações de direitos humanos em outros países quando há problemas parecidos com o tratamento de aborígenes na própria Austrália. Essas declarações foram feitas num apelo para criar um consenso a nível nacional que os interesses estratégicos, econômicos e políticos da Austrália estão, atualmente, menos nos países das origens históricas e sociais do povo australiano e mais nos países da Ásia e do Pacífico, alguns dos quais, como a Indonésia e as Ilhas Filipinas, notórios por suas violações de direitos humanos. Segundo o jornal The West Australian, de 11/4/92, o primeiro ministro Paul Keating, antes de realizar uma visita oficial à Indonésia com o objetivo de fortalecer as relações comerciais com aquele país, apelou para uma mudança na ambivalência da identidade nacional australiana que, conforme ele, finge uma identificação com os países asiático vizinhos no âmbito de decisões políticas, porém ainda se orienta culturalmente para a Inglaterra.

A partir do final da década de 1960, com a ampliação da disciplina nas Universidades, a antropologia que se faz na Austrália diversificou-se rapidamente, com uma multiplicidade de linhas teóricas e abordagens novas. Essa diversificação, com a importação de correntes teóricas dos Estados Unidos e da Europa e o desenvolvimento de abordagens dirigidas a questões especificamente australianas, torna difícil, conforme os entrevistados, a tarefa de caracterizar um estilo de antropologia na Austrália nos últimos anos. Conforme muito dos entrevistados, surgiram várias linhas diferentes associadas a instituições acadêmicas diferentes, e com bastante diversidade dentro dessas instituições. A etnologia indígena, entretanto, conforme quase todos os entrevistados, tem sido marcada

sobretudo pela questão de direitos territoriais e sítios sagrados aborígenes. Vários etnólogos opinaram que o envolvimento de etnólogos nessas questões os tem levado a mudar o enfoque teórico dos temas tradicionais de organização social e parentesco, prevalentes até a década de 60, para mudança social e política indigenista, uma mudança de enfoque paralela à que aconteceu na etnologia indígena no Brasil, embora por caminhos teóricos diferentes.

Na Austrália essas mudanças na disciplina acadêmica vieram, sobretudo, de fora: por influência de outras disciplinas, por modificações em legislação sobre terras indígenas, e por exigência dos aborígenes que obrigaram os antropólogos a repensar o seu relacionamento com o seu objeto de estudo. No Brasil, ao contrário, a teoria sobre o contato interétnico surgiu dentro da própria disciplina, numa tradição de focalizar as populações indígenas dentro do contexto da sociedade nacional, sobretudo a partir dos trabalhos de Roberto Cardoso de Oliveira e de seus colaboradores e alunos, que transformaram profundamente a etnologia indígena neste país.

Ramos (1990:466) observa que as transformações profundas no papel político dos índios a níveis local e nacional nos movimentos indígenas no Brasil (onde as populações indígenas constituem uma minoria de aproximadamente 0,2% da população total) levaram a uma situação cada vez mais complexa, de que não dão conta as abordagens teóricas estabelecidas, como estudos de aculturação, fricção interétnica e etnicidade. As falhas de uma antropologia baseada na abordagem de sujeito-objeto estão conduzindo a experimentos com abordagens dialógicas, como também se observa na etnologia indígena que se faz na Austrália nos últimos anos. Dois exemplos de trabalhos recentes, na Austrália, que tentam abordar teoricamente a questão do contato interétnico são o de Barry Morris (1991) que privilegia a noção de resistência ao escrever sobre uma população indígena do estado de Nova Gales do Sul, no sul do continente, e o de David Trigger (1992) que usa as noções de acomodação e resistência ao descrever a vida de aborígenes numa missão no norte de Queensland.

Apesar de não encontrar um consenso de opinião quanto à definição de um estilo de etnologia indígena na Austrália (como também no Brasil), e muitas afirmações de que não existe nada parecida com uma escola coerente de antropologia, vários antropólogos caracterizaram a maior parte da etnologia indígena por uma ênfase forte, seguindo a tradição britânica, na empiria dos fatos sociológicos, econômicos, políticos e religiosos. E de realizar pesquisas de campo de longa duração que resultam em monografias de estilo descritivo. Isto contrasta com a etnologia indígena que se faz no Brasil, com ênfase nas representações e nos valores, refletindo a influência francesa e uma definição diversa da própria disciplina que decorre de uma tradição enraizada mais na filosofia e na literatura (Ramos, 1990:456). Enquanto no Brasil a separação da antropologia cultural da "sociologia" dos anos 30 a 50, equivalente às "ciências sociais" atuais, ocorreu nas últimas décadas (Peirano, 1992:52), na Austrália a antropologia social foi implantada como disciplina acadêmica por Radcliffe-Brown a partir de 1926. Os antropólogos, herdeiros da tradição britânica, dirigiram sua atenção para os temas de organização social e parentesco. A sociologia, em contraste, foi introduzida muito mais recentemente na Austrália, como uma disciplina distinta. A diversificação da etnologia indígena na Austrália na última década, entretanto, está modificando esse estilo.

Um antropólogo norte-americano apontou que o sistema britânico ainda prevalece na academia australiana, em que não há cursos a nível de pós-graduação, a pesquisa sendo elaborada através de uma relação mais intensa de orientação personalizada entre aluno e orientador, o que conduz a etnografias mais profundas que aquelas produzidas nos Estados

Unidos:

"Nos Estados Unidos somos treinados para ser 'performers' em teoria... Na Austrália há menos exibicionismo teórico e mais ênfase em trabalhos desenvolvidos através de uma longa pesquisa de campo, com algumas exceções... Enquanto na Austrália os examinadores da tese de doutorado são escolhidos sobretudo no critério de serem conhecedores da área de que se trata a tese, nos Estados Unidos isso não é necessariamente o caso, sendo valorizados muito mais a inovação, o domínio teórico e a crítica. Na Austrália, produz-se tipos diferentes de teses de doutoramento, conseqüência da estrutura do programa de pós-graduação.

Os sistemas de pós-graduação nestes dois países contrastam com o do Brasil, onde há cursos teóricos e também se dá muita importância à pesquisa de campo, admitindo, entretanto, teses teóricas baseadas exclusivamente em fontes bibliográficas. Essas diferenças refletem definições teóricas diferentes da antropologia que surgiram nos contextos históricos específicos em que a disciplina se desdobrou ao enfrentar problemas particulares a esses contextos, e que constituem os estilos de antropologia.

O mesmo antropólogo norte-americano ressaltou que, na Austrália, há uma tendência recente de focalizar questões como o multiculturalismo como fator de integração nacional e um enfoque cada vez maior no continente australiano, apesar de ter muitos antropólogos especialistas em Papua-Nova Guiné, Melanésia e o sudeste da Ásia. Comentou que na etnologia indígena dedicada aos aborígenes australianos há trabalhos recentes sobre missões, favelas urbanas, e a situação de contato interétnico, e que, atualmente, abordagens que tratam comunidades isoladas como unidades culturais circunscritas são encontradas mais entre antropólogos que realizam pesquisas entre populações indígenas do leste da Indonésia do que entre aboriginalistas. Contudo, o mesmo antropólogo observou, na etnologia indígena, menos preocupação com questões teóricas do que nos Estados Unidos, atribuindo isso a um envolvimento prático entre etnólogos com a questão de reivindicações territoriais. Afirmou que, na Austrália, o pós-modernismo tem muito menos impacto do que nos Estados Unidos, atribuindo essa diferença ao fato de que uma etnologia indígena muito envolvida com a política indigenista e dirigida para a resolução de problemas práticos das populações aborígenes encontra poucos subsídios na teoria pós-moderna. No Brasil, também, a teoria pós-moderna teve um impacto superficial numa etnologia indígena de ação altamente politizada.

Um antropólogo que se definiu como sendo de formação britânica, ressaltou que nos últimos anos a influência do sistema acadêmico norte-americano está cada vez mais forte nas Universidades australianas, levando à reestruturação de alguns departamentos. Outros antropólogos mencionaram uma tendência recente de passar as licenças sabáticas nos Estados Unidos, enquanto, há poucas décadas, a Inglaterra foi considerada a escolha natural.

No clima político que resultou de lutas anti-imperialistas da década de 1960, observa Hamilton (1982:100), qualquer colaboração de antropólogos com agências do governo tornou-se suspeita. Com o escândalo em torno do Projeto Camelot, em que alguns antropólogos norte-americanos, financiados pelo Departamento da Defesa, foram envolvidos em atividades de pesquisa cujos resultados foram usados pelo serviço de espionagem dos Estados Unidos, e outro escândalo que envolveu alguns antropólogos do Departamento de Antropologia da Universidade de Sydney com relação à sua pesquisa na

Tailândia, os antropólogos foram obrigados a tomar em consideração sua posição ética. Outro escândalo político ocorreu no final da década de 1960, quando o governo australiano negou autorização ao Prof. Fred Rose, da Universidade Humbolt de Berlim do leste, para continuar sua pesquisa sobre parentesco em Groote Eylandt, no norte da Austrália. Fred Rose fora investigado pela Comissão Real sobre Espionagem em 1954-55, e o então Ministro de Assuntos Aborígenes, W.C.Wentworth, uma das figuras principais na criação do "Australian Institute of Aboriginal Studies", anunciou que a autorização para sua pesquisa foi negada porque Rose tinha "uma péssima história de traição, além de prostituir sua posição de antropólogo ao ser comprometido com o Partido Comunista" (Barnes, 1969:27 apud. Hamilton, 1982:100). Tais incidentes foram abafados, sendo considerados incômodos para uma posição de afastamento intelectual em que a antropologia foi obrigada a se definir nas Universidades nessa época. A posição conservadora que fundamenta a grande massa de produção antropológica omitia os fatores políticos da prática da antropologia. Isso se reflete na omissão por parte dos periódicos mais prestigiosos de publicar questões politicamente sensíveis.

Recentemente, uma linha de comparação com o Canadá enriqueceu as reflexões na etnologia indígena, sobretudo na área de política indigenista e as relações entre as populações indígenas e o estado-nação nestes dois países. Trabalhos nesse sentido têm sido publicados por Sally Weaver (1983, 1984, 1985), Bruce Hodgins, John Milloy e Kenneth Maddock (1989), Noel Dyck (1985), B. Morse (1988) e outros.

Antropólogos e política indigenista governamental

O que marcou profundamente a relação entre antropólogos e aborígenes na Austrália, foi a referenda de 1967, que atribuiu ao governo federal o poder de legislar em questões da política indigenista em todos os estados, e a promulgação de legislação governamental para reivindicações territoriais de aborígenes, sobretudo a partir da **Aboriginal Land Rights (Northern Territory) Act, 1976**. O governo trabalhista, após ganhar as eleições no final de 1972, criou o **Department of Aboriginal Affairs (DAA)** e estabeleceu uma rede a nível nacional de serviços jurídicos, médicos e educacionais para aborígenes e ilhéus do Estreito de Torres. A exigência de direitos territoriais por lideranças aborígenes cidadinas que adotaram a retórica do movimento de "Black Power" dos Estados Unidos, pressionou o governo, estabelecendo, em 1972, uma embaixada - montada numa barraca - em frente à Casa de Parlamento em Canberra. A legislação sobre reivindicação de direitos territoriais, formulada pelo governo trabalhista e promulgada pelo governo seguinte, obrigou muitos etnólogos que realizam pesquisas com populações indígenas a participar do processo de reivindicações territoriais no Território do Norte e da demarcação de sítios sagrados nos estados australianos, criando espaço também para consultores profissionais que não participam da academia. Isso marca uma diferença fundamental entre a etnologia indígena na Austrália e a no Brasil. Enquanto no Brasil a antropologia restringe-se principalmente à academia, com poucas exceções como algumas ONGs e a FUNAI, na Austrália existe uma indústria de consultoria.

Uma conseqüência da participação de etnólogos em reivindicações territoriais foi que eles foram obrigados a repensar seu relacionamento com as populações aborígenes, seu objeto de estudo. Ressalto que as pressões que levaram a essas mudanças vieram de fora da disciplina.

O trabalho de consultoria foi apresentado como altamente sensível politicamente,

envolvendo, freqüentemente, os interesses de grandes empresas mineradoras. O papel do antropólogo é visto como o de defensor dos direitos indígenas, e os que aceitam trabalhar como consultores para empresas mineradoras, como o exemplo recente de Ron Brunton no caso da reivindicação territorial de Coronation Hill, no Território do Norte que posteriormente passou a trabalhar para o **Institute of Public Affairs** [9] em Canberra, são excomungados da comunidade antropológica.

Quanto à questão de consultas, já mencionei que poucas pessoas na Austrália manifestaram-se à vontade para entrar em detalhes sobre sua participação pessoal. Algumas pesquisas governamentais são realizadas através de empresas empreiteiras de consultoria, que oferecem uma remuneração maior que os empregos governamentais, porém sem benefícios trabalhistas. Um antropólogo que realiza consultas mencionou que, devido à sensibilidade política, o pesquisador sente-se obrigado a fazer seguro para se prevenir contra a possibilidade de ser processado (ou por outros aborígenes, ou por não-aborígenes ligados a interesses contrários) ao aceitar o convite de aborígenes para participar dum processo de reivindicação territorial ou sítio aborígene de significação. Ouvi relato que um etnólogo, após conversar comigo sobre sua pesquisa com extrema cautela, comentou para um colega que ele achava que tinha "falado demais".

Na Austrália, a legislação sobre territórios e sítios aborígenes varia de um estado para outro. Entre 1853 e 1856, as quatro colônias, Nova Gales do Sul, Vitória, Austrália Meridional e Tasmânia adotaram constituições próprias com base na **Australian Colonies Government Act**, aprovada na Inglaterra em 1850, seguidas por Queensland em 1859 e Austrália Ocidental em 1890. A região norte do continente permaneceu sob a jurisdição da Austrália Meridional até 1911, quando passou para a jurisdição da Commonwealth Australiana (como o Território do Norte). A constituição da Commonwealth Australiana foi elaborada em Sydney em 1891, submetida a dois referendos populares em 1898 e 1899, e aprovada em 1900, tornando-se a Austrália uma nação independente quase 80 anos após a independência do Brasil. As seis colônias passaram a denominar-se estados com notável autonomia interna. A nova capital federal, Canberra, ACT, foi inaugurada em 1927. Apesar de tentativas que partiram de aborígenes e de não-aborígenes para criar uma única legislação a nível nacional, Maddock (1983:130) argumenta que, considerando que as populações aborígenes em cada estado compartilham uma história comum, e levando em conta as diferenças sociais e econômicas entre os estados e as diferenças na situação das suas populações aborígenes, os estados fornecem arenas mais viáveis para a discussão e resolução de assuntos aborígenes do que a nação.

Quando estive na Austrália, os jornais veiculavam notícias sobre mudanças na legislação sobre o patrimônio aborígene no estado de Austrália Ocidental, além do impacto de consultas antropológicas em disputas sobre sítios aborígenes nos projetos de mineração de níquel em Yakabindie (W.A.), de ferro em Marandoo (o Parque Nacional de Karijini, W.A.), e de urânio em Coronation Hill (N.T.). Conforme o jornal The West Australian, de 19/2/92, os motivos principais para modificar a legislação sobre o patrimônio aborígene na Austrália Ocidental visam facilitar os tramites para a aprovação de projetos de desenvolvimento e melhorar a proteção do patrimônio. Uma matéria do mesmo jornal, datada de 20/2/92, afirma que o porta-voz de Assuntos Aborígenes do Partido Liberal, Richard Court, declarou que as modificações da legislação deveriam abrir espaço para

[9] "...descrito pela mídia como um instituto estratégico da extrema direita" (Merlan, 1991:347).

consultas diretas entre os aborígenes, donos tradicionais dos seus territórios, e agentes de desenvolvimento.

Para ilustrar a complexidade da questão do reconhecimento de territórios e sítios de significação para aborígenes, menciono como exemplo, que nas semanas que estive na Austrália eclodiu um conflito acirrado no estado de Austrália Ocidental entre dois grupos sobre a questão do direito de identificar sítios sagrados de aborígenes. O **Aboriginal Cultural Material Committee (ACMC)** do Museu da Austrália Ocidental anunciou que, a partir de 1/3/92, não aceitaria mais levantamentos de sítios aborígenes ou relatórios que não fossem feitos por membros de uma associação profissional. Os antropólogos acadêmicos da **Australian Association of Consulting Archaeologists (AACA)**, sentiram-se confrontados por um grupo de antropólogos e indigenistas, consultores particulares, que não queriam ser ligados aos acadêmicos e tentaram se cadastrar como a **Australasian Association of Professional and Consulting Anthropologists and Archaeologists (AAPCAA)**. Os acadêmicos de dois departamentos da Universidade de Western Australia e de um departamento da Universidade Curtin (localizada, também, em Perth) opuseram-se ao cadastramento da **AAPCAA**, alegando que não seria do interesse público. Antes desse conflito, alguns consultores particulares contratados por aborígenes, representavam os interesses de empresas de mineração e de desenvolvimento imobiliário em locais onde havia sítios aborígenes. O conflito levou o senador Peter Walsh do Partido Trabalhista a defender, publicamente, os consultores particulares e questionar o que chamou a "intolerância de acadêmicos com relação a pontos de vista que divergiam dos seus".

Alguns antropólogos na Austrália trabalham exclusivamente em pesquisa, como é o caso daqueles do **Centre for Aboriginal Economic Policy Research (CAEPR)**, uma pequena unidade de pesquisa multidisciplinar estabelecida na Faculty of Arts, Australian National University, Canberra, em 1990, que resultou de um contrato entre a ANU e o **Department of Aboriginal Affairs (DAA)**, (atualmente **The Aboriginal and Torres Strait Islander Commission - ATSIC**). O Centro, chefiado pelo antropólogo Dr. Jon Altman, e incluindo a antropóloga Diane Smith, foi criado por recomendação do Relatório da "Committee of Review of Aboriginal Employment and Training Programs", de 1985, e visa realizar pesquisas para investigar assuntos relacionados à participação de aborígenes na força de trabalho e aos programas de desenvolvimento econômico administrados pelos governos federal e estaduais.

A etnologia indígena na academia

As Universidades na Austrália possuem características semelhantes a outras instituições burocráticas no sentido de que existem estruturas de patronagem. Tive a impressão de que, como no Brasil, a definição do que é o conhecimento antropológico é feita por poucos antropólogos de grande prestígio. As pessoas que ocupam os cargos de Professor (equivalente a "full professor" nos EUA), que até a década de 1970 eram poucas, definiam e controlavam o que é conhecimento. Isso influenciava o processo de nomeação e promoção de professores, na base de não ameaçar a estrutura acadêmica existente. Quem não seguia as linhas definidas era ignorado pela academia, inclusive muitos antropólogos estrangeiros que realizavam pesquisas na Austrália, com algumas exceções como, por exemplo, Fred Myers. Conforme vários antropólogos, até a década de 1980, e mesmo hoje em dia, há alguns antropólogos influentes orientados por uma busca do "tradicional" e "continuidade cultural". Mesmo aceitando uma abordagem que reconhece a situação de

mudança em que se encontram os aborígenes, eles ainda usam o conceito de "tradição" como medida que orienta sua perspectiva teórica.

O desenvolvimento da disciplina ocorreu dentro das estruturas de patronagem, que só começaram a se ampliar nos últimos anos com a ampliação do sistema de ensino, a criação de novos departamentos e o surgimento de uma comunidade antropológica muito maior (atualmente, segundo alguns antropólogos entrevistados, em torno de 130 antropólogos profissionais). Se no Brasil poucos antropólogos admitem a existência de estruturas de patronagem que se manifestam nas hierarquias acadêmicas, na Austrália há uma tendência de negar a sua existência. Ficam encobertas a nível de discurso por uma ideologia igualitária de "give everyone a fair go", e a idéia enraizada de que a sociedade australiana é uma "sociedade sem classes". O que Kapferer denomina o "nacionalismo igualitário australiano" (1989:178), relacionado ao conceito de "mateship" (traduzível aproximadamente como "companheirismo"), "uma forma de amizade, fortemente igualitária que almeja a sociabilidade... ativada entre indivíduos parecidos que compartilham uma mesma identidade" (Kapferer, 1989:175). Esse conceito de "mateship" resalta uma "reciprocidade equilibrada" e um "individualismo igualitário" (Ibid:176). Conforme Kapferer, a nação australiana é vista como um grupo de "mates", a nação e o indivíduo sendo intercambiável (Ibid:177).

A interpretação antropológica na Austrália depende muito de teorias emprestadas e a aplicação de modelos importados para a análise de situações locais, além da influência de modas acadêmicas. Para mencionar alguns: o modelo de casta para abordar relações raciais veio dos Estados Unidos no início da década de 1950 e, posteriormente, trabalhos de linha feminista e depois sobre o gênero. Houve uma profusão de trabalhos que versam sobre "hierarquia" em sociedades indígenas "igualitárias", trabalhos etnohistóricos, biografias de aborígenes, trabalhos sobre tradição oral, e experimentos em trabalhos de co-autoria de antropólogos e aborígenes. Uma direção nova iniciada por Fred Myers, ao abordar emoção, estimulou uma série de trabalhos recentes sobre aborígenes e emoções, e a visão de contenção étnica de emoções. Houve, também, uma série de trabalhos de estilo confessional sobre pesquisa de campo, e do tipo, "como fiz (como consultor antropológico) o meu caso de reivindicação territorial" em que o antropólogo justifica suas representações do caso.

Vários antropólogos afirmaram que, apesar da maioria dos antropólogos que trabalha na Austrália acompanhar atentamente os debates antropológicos nos "países de centro" da disciplina, há muito menos interesse entre os seus colegas nesses países em acompanhar os trabalhos publicados na Austrália. E isso, apesar dos laços estreitos com a Grã-Bretanha, e da facilidade de acesso aos trabalhos na língua inglesa. Uma situação algo semelhante àquela observada por Mariza Peirano no caso do Brasil: "Dialogamos com autores renomados como se fôssemos efetivamente lidos fora do Brasil, reanalisamos clássicos como se nossos trabalhos tivessem prestígio mundial, desconhecendo o fato de que, no momento em que se cruzam as fronteiras nacionais, o que era aqui uma discussão teórica se transforma imediatamente em simples etnografia regional" (1992:229-230).

A ampliação da disciplina na Austrália veio como consequência de uma política mais geral de expansão das instituições de ensino terciário, sobretudo a partir da década de 1960. Hinton & McCall (1982:109-110) observam que em 1980 havia 19 universidades e 68 Colleges of Advanced Education na Austrália, além de 85 instituições de ensino terciário. A maioria dessas 172 instituições foram estabelecidas nas décadas de 1960 e 1970. O grande aumento no número de instituições de ensino levou à contratação de muitos

professores nesse período. Hinton & McCall (1982:113) observam que este período é marcado pela proliferação de periódicos. Antes de 1960, havia somente 2 periódicos de antropologia publicados na Austrália - Oceania, fundado em 1930, e Mankind, fundado em 1931. No período entre 1961 e 1981, 24 periódicos novos relacionados à antropologia foram fundados.

Considerando que o primeiro programa de doutorado em antropologia na Austrália foi implantado somente em 1955, na Universidade de Sydney, as universidades foram obrigadas a contratar muitos professores doutores estrangeiros para preencher as vagas. Em 1982 havia 11 instituições na área de antropologia: 5 departamentos de antropologia, 1 departamento de pré-história e antropologia (ANU), e 2 departamentos de sociologia e antropologia (as Universidades de Queensland e Monash), além de 2 museus de antropologia em universidades e 1 departamento de antropologia no Australian Museum (Hinton & McCall, 1982:110). A importação de professores doutores, sobretudo da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, criou uma situação, ainda existente, dos departamentos de antropologia terem muitos professores de origem e de formação estrangeira. Além disso, muitos dos professores mais idosos, nascidos na Austrália, fizeram seus doutorados no exterior, sobretudo na Inglaterra. Ainda há o recrutamento de antropólogos da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e do Canadá, embora o número de antropólogos nascidos na Austrália esteja aumentando ao ponto da disciplina se reproduzir com os doutores formados no próprio país.

Nos últimos anos, vários Institutos de Tecnologia, que tinham status abaixo do das Universidades foram transformados em Universidades, porém, resguardando uma intenção prática de formarem alunos para empregos governamentais mais do que para a academia. Além disso, põem mais ênfase em atividades de ensino do que em pesquisa, o professor sendo julgado pelo número de alunos que atrai para seus cursos, além de inicialmente não terem programas de pós-graduação. Apesar de atualmente terem status acadêmico igual às Universidades mais antigas, vários antropólogos das últimas ressaltaram que ainda não são comparáveis, sendo parecidas com as Universidades populares ("red-brick Universities") estabelecidas na Grã-Bretanha após a 2ª Guerra Mundial. Aquelas Universidades estabelecidas nas décadas de 60 e 70, como Flinders, Griffith, Murdoch, Monash, e Macquarie, absorveram o estilo "radical" da época, as ciências sociais ocupando uma posição central com a implantação de departamentos inter-disciplinares.

Nos últimos anos, além da antropologia, outras disciplinas como a sociologia, a história, a ciência política, e a literatura focalizam as populações aborígenes como objeto de estudo. A sociologia foi implantada como disciplina nas Universidades australianas muito mais recentemente que a antropologia. Entretanto, a definição da sociologia como o estudo da sociedade nacional ainda está arraigada, enquanto a antropologia é vista como o estudo dos "outros". Uma antropóloga, que trabalha sobre a temática do racismo na sociedade australiana e as relações interétnicas, comentou que é frequentemente avisada por antropólogos que ela não está fazendo antropologia, e sim, sociologia. Outra professora de antropologia, numa Universidade antiga, relatou a seguinte anedota: ao propor abordar a situação atual dos aborígenes num curso de etnologia indígena em que se esperava ter alguns alunos aborígenes, foi avisada por alguns colegas que "We don't want any of that trendy race relations here". Acrescentou que, com poucas exceções, "antropólogos não estudaram o racismo na Austrália. Paul Rabinow perguntou 'Por que os antropólogos australianos não estudaram o racismo?' ... Não se vê isso como um problema", afirmando que um dos maiores problemas é o das implicações racistas da própria disciplina, e uma

falta de disposição para abordar a questão de relações de poder. Ressaltou que, até recentemente, a etnologia indígena foi dominada por uma busca do exótico e uma ênfase em cultura que censuravam a questão das relações interétnicas. Segundo a mesma pessoa, até há poucos anos, tinha mais trabalhos na área da história que abordam a experiência aborígene da colonização do que na antropologia.

Vários antropólogos mencionaram que houve uma recente incorporação de pesquisadores nas principais Universidades quando os temas que pesquisam foram legitimados pelo governo, como, por exemplo, o recente enfoque sobre aborígenes e a polícia, o encarceramento de aborígenes, e a questão do racismo. Cabe notar que, no Brasil, a questão do racismo tem sido examinada, na antropologia e na sociologia, entretanto, somente nos estudos sobre negros. Como lembra Melatti (comunicação pessoal), no Brasil o estudo de índios remetia-se à noção de cultura em "estudos de aculturação", enquanto o estudo de negros, à noção de raça em "relações raciais".

Um antropólogo entrevistado interpretou a implantação tardia da sociologia nas Universidades australianas como uma política conservadora adotada pelo governo para tentar eliminar a sociologia numa época em que as ciências sociais, sobretudo a sociologia, foram equiparadas ao socialismo e vistas pelo governo como uma área potencialmente perigosa. Conforme o mesmo antropólogo, professor numa das Universidades mais antigas, o uso da antropologia que teve mais impacto foi esse uso negativo para justificar a ausência da sociologia. Para ilustrar o seu argumento, afirmou que quando a Universidade de Flinders foi estabelecida no início da década de 70 (planejada no final dos anos 60) no estado de Austrália Meridional, a Universidade de Adelaide implantou antropologia como uma disciplina que se pensava "controlável", ao contrário do que se pensava da sociologia "radical" de Flinders. No Brasil, durante o período do governo militar, a antropologia foi vista pelos militares como disciplina que apresentava menos perigo que as outras ciências sociais por ser considerada talvez como o estudo de raças, paleontologia humana e arqueologia.

Estilos de antropologia e o contexto nacional

Alguns etnólogos entrevistados, australianos naturalizados, mencionaram que ocasionalmente são lembrados das suas origens nacionais por australianos natos não-antropólogos, sobretudo quando seus comentários a respeito da situação de aborígenes na Austrália são considerados ofensivos aos sentimentos nacionalistas australianos. Um antropólogo relacionou o que ele considera uma posição predominantemente apolítica, na etnologia indígena que se faz na Austrália, ao fato de que muitos antropólogos foram importados e não treinados na Austrália. Colocando-se entre os "importados", afirmou que antropólogos de origem estrangeira que falam sobre questões como relações raciais são freqüentemente acusados de ativismo por setores conservadores da sociedade australiana.

No Brasil, também, o etnólogo de origem estrangeira que realiza pesquisas com populações indígenas enfrenta sentimentos nacionalistas ao lidar com alguns funcionários da burocracia da FUNAI. Na minha própria experiência de pesquisa, desde solicitar autorização da FUNAI, em 1981, fui ameaçado por um coronel do órgão que me lembrou que a FUNAI ia me deixar realizar pesquisa (como estrangeiro) com "nossos índios", mas que quaisquer "críticas" minhas resultariam na suspensão imediata da minha autorização. Alguns indigenistas de alto nível na burocracia manifestaram-se contrários à presença de um "gringo" numa área indígena (no norte amazônico) vista como de altos interesses nacio-

nais. A nível local, muitos funcionários da FUNAI me apresentaram aos índios como "gringo", "estrangeiro", "não é brasileiro", utilizando estereótipos altamente negativos quanto ao estrangeiro, como o do "gringo que veio para roubar ouro da terra dos índios", nos seus esforços de tentar controlar o meu acesso a informações e de impor uma identidade de "índios brasileiros" entre a população indígena Waimiri-Atroari (Baines, S.G.,1991). Minhas intenções foram freqüentemente questionadas por funcionários da coordenação e, num Grupo de Trabalho da FUNAI de que participei, em 1985, alguns membros me avisaram que pensavam que eu tivesse vindo do exterior "só para fazer pesquisa" (insinuando que, por ser "estrangeiro", em si era suficiente para saber, a priori, que eu não tinha nenhum compromisso com o destino dos índios).

Minha pesquisa foi suspensa em 1989, quando alguns funcionários da direção do "Programa Waimiri-Atroari" (convênio FUNAI/ ELETRONORTE de 1987, com financiamento do Banco Mundial), usavam matérias jornalísticas caluniosas e forjadas, publicadas para atender aos interesses de empresas mineradoras junto aos índios e incitá-los a proibir a continuação da minha pesquisa. Representaram-me, num discurso nacionalista, como suposto agente internacional de interesses internacionais de mineração numa conspiração contra a soberania nacional. Na mesma época, o "Programa" convidou um etnobotânico inglês, junto com estagiários brasileiros e estrangeiros, a realizar uma pesquisa etnobotânica no mesmo território indígena, como parte de uma estratégia de criar um respaldo acadêmico para a administração indigenista governamental do "Programa".

Entrevistei, na Austrália, um etnólogo canadense que tinha sido objeto de uma campanha difamatória semelhante - divulgada na imprensa por interesses de empresas de mineração - que recorre a sentimentos nacionalistas, questionando suas intenções de pesquisa. Como demonstra Alcida Ramos (1990) ao refletir sobre o caso do Brasil, os estilos de etnologia decorrem das particularidades do desenvolvimento histórico da disciplina no contexto nacional dos respectivos países. Entretanto, além disso, as diferentes construções de alteridade levam o etnólogo de origem estrangeira a enfrentar, em algumas situações de pesquisa de campo, uma hegemonia de sentimentos nacionalistas entre certos agentes do contato que dificultam e/ou impedem seu envolvimento na defesa de direitos indígenas e dificultam a possibilidade da sua participação política, por ser classificado como "estrangeiro" visto através de estereótipos que o representam como agente do imperialismo, ou, pelo menos, como indivíduo que tem menos legitimidade para se pronunciar numa arena pensada como de prerrogativa nacional. E isso, mesmo antes de começar pesquisa de campo, determina os rumos que sua pesquisa podem tomar e o estilo de etnologia que resulta. No caso de persistir em focalizar questões como o contato interétnico, ele corre o risco desses estereótipos serem acionados para impedir a continuação da sua pesquisa e o afastar da possibilidade de continuar como ator numa etnologia-ativista. Quando a questão da nação e os conceitos de alteridade são focalizados como objeto de reflexão teórica, eles se tornam fatos epistemológicos da disciplina.

O etnólogo nacional nato ou aquele considerado "menos estrangeiro" (de origem britânica no caso da Austrália em oposição a norte-americano e outras nacionalidades; no caso do Brasil, de outros países da América Latina ou de Portugal) é mais facilmente aceito que aquele visto como mais estrangeiro pelos outros agentes sociais numa situação de contato interétnico, refletindo as diferentes construções culturais de alteridade nos respectivos países. Vários antropólogos comentaram que, dentro da academia, a importação de antropólogos britânicos na Austrália foi bem aceita, porém a importação de antropólogos norte-americanos foi vista, inicialmente, por alguns antropólogos, como uma invasão do

espaço acadêmico.

Segundo os mesmos antropólogos, desde a década de 70, como consequência do crescimento do movimento indígena na Austrália e da introdução da nova legislação sobre territórios indígenas, os aborígenes cobram uma atuação política ativista dos etnólogos australianos que realizam pesquisas junto às suas comunidades. Enquanto que, dos antropólogos considerados "estrangeiros", que vêm realizar pesquisas de campo na Austrália, isso não é exigido. O resultado é que muitos destes realizam pesquisas sobre temas mais tradicionais da etnologia (uma antropóloga australiana nata citou, como exemplo, trabalhos recentes de Barbara Glowczewski, uma etnóloga francesa, baseados em pesquisas com aborígenes na Austrália), o que não está sendo mais possível para os etnólogos australianos.

As consequências refletem-se num estilo de etnologia indígena, que emergiu na Austrália nas últimas duas décadas, com compromissos políticos, o que se vê menos nos trabalhos de antropólogos estrangeiros que realizam pesquisas entre aborígenes na Austrália. Uma situação análoga, em alguns aspectos, àquela observada no Brasil por Alcida Ramos (1990). Os estilos de antropologia surgem e permanecem numa dialética constante entre fatos epistemológicos e fatos sociológicos que molda o produto do pensamento e o próprio pensar no produto do pensamento.

Uma diferença fundamental entre a etnologia indígena nos dois países é que, na Austrália, um grande contingente dos etnólogos são de origem britânica e norte-americana, enquanto no Brasil a maioria dos etnólogos é de brasileiros natos. Não é de se estranhar que na Austrália, como me apontou um antropólogo, nos últimos cinco anos, período em que a antropologia chegou a ter uma voz e em que as Universidades já produziram acadêmicos doutores de antropologia em número suficiente para perpetuar a disciplina sem importar acadêmicos, o governo federal aumentou o seu controle no âmbito da política indigenista e deixou de se preocupar com a legitimação antropológica das suas decisões. Assim, no momento em que as Universidades poderiam exercer uma força política maior em questões relacionadas às populações aborígenes, estão sendo transformadas em instituições de ensino em que o antropólogo tem um espaço cada vez mais reduzido para expressão política.

Meus agradecimentos aos Professores Roberto Cardoso de Oliveira, Luíz Fernando D. Duarte, Julio Cezar Melatti e Mariza G.S. Peirano, por terem lido uma versão preliminar deste trabalho e oferecido seus valiosos comentários que tentei incorporar nesta versão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAINES, Patricia A. 1988 - The Heart of Home: The Intergenerational Transmission of a Nyungar Identity. Tese de doutorado da University of Western Australia, Nedlands, W.A.
- _____ 1991 (1988) - A litany for land. In KEEN, Ian (org.) Being Black: Aboriginal Cultures in 'settled' Australia. Canberra: Aboriginal Studies Press. pp.227-249.
- BAINES, Stephen G. 1991 - É A FUNAI QUE SABE: A Frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ CNPq/ SCT/ PR. (Coleção Eduardo Galvão).
- BECKETT, Jeremy R. 1958 - Marginal Men: A Study of Two Half Caste Aborigines, Oceania 29, 91-108
- _____ 1964 - Aborigines, Alcohol and Assimilation. In M. Reay (org.) Aborigines Now: New Perspectives in the Study of Aboriginal Communities. Sydney: Angus and Robertson.
- _____ 1988a - The past in the present; the present in the past: constructing a national Aboriginality. In BECKETT, Jeremy R. Past and Present: The Construction of Aboriginality, Canberra: Aboriginal Studies Press.
- _____ 1988b - Aboriginality, Citizenship and the Nation State. In BECKETT, Jeremy. Aborigines and the State in Australia, Social Analysis, No.24, pp.3-18.
- _____ 1992 - Aboriginality and the Nation State: A Comparative Perspective. University of Sydney, ms.
- BERNDT, R.M. & R. TONKINSON (orgs.). 1988 - Social Anthropology and Australian Aboriginal Studies: a contemporary overview. Canberra: Aboriginal Studies Press.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1988 - Sobre o Pensamento Antropológico (Biblioteca Tempo Universidade; nº 83). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq.
- COWLISHAW, Gillian K. 1986 - Aborigines and Anthropologists. Australian Aboriginal Studies, number 1, pp.2-12.

- _____ 1988 - Black, White or Brindle: Race in rural Australia. Cambridge University Press.
- ELKIN, A.P. 1970 - "The Journal Oceania:1930-1970". Oceania, 40 :245-279.
- GEERTZ, Clifford. 1978 (1973) - "A Política do Significado", in A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp.206-222.
- HAMILTON, Annette. 1982 - Anthropology in Australia: Some notes and a few queries. In McCALL, Grant. Anthropology in Australia: Essays to Honour 50 Years of **Mankind**. The Anthropological Society of New South Wales. pp.91-106.
- HINTON, Peter & Grant McCALL - 1982 The Great Australian Anthropological Periodicals Explosion. In McCALL, Grant. Anthropology in Australia: Essays to Honour 50 Years of **Mankind**. The Anthropological Society of New South Wales. pp.109-134.
- KAPFERER, Bruce. 1989 - Nationalist Ideology and a Comparative Anthropology. Ethnos, 54 (3-4), pp. 161- 199.
- LANGTON, Marcia. 1981 - Urbanizing Aborigines: The Social Scientists' Great Deception. Social Alternatives, Vol.2, No.2, pp.16-22.
- _____ 1991 (1988) - Medicine Square. In KEEN, Ian Being Black: Aboriginal cultures in 'settled' Australia. Canberra: Aboriginal Studies Press. pp. 201-225.
- LARAIA, Roque de Barros. 1986 - Os Estudos de Parentesco no Brasil. Série Antropologia nº 55. Brasília: DAN, UnB.
- _____ 1987 - Etnologia Indígena Brasileira: Um Breve Levantamento. Série Antropologia nº 60. Brasília: DAN, UnB.
- MADDOCK, Kenneth. 1983 - Your Land is Our Land: Aboriginal Land Rights. Ringwood, Vict., Penguin Books.
- McCALL, Grant. 1982 - Anthropology in Australia: Introductory Remarks. In McCALL, Grant. Anthropology in Australia: Essays to Honour 50 Years of **Mankind**. The Anthropological Society of New South Wales. pp.1-21.
- MCCARTHY, Frederick D. 1982 - Anthropology in the Museums of Australia. In McCALL, Grant. Anthropology in Australia: Essays to Honour 50 Years of **Mankind**. The Anthropological Society of New South Wales. pp.22-47.
- MELATTI, Julio Cezar 1982 - A Etnologia das Populações Indígenas do Brasil nas Duas Últimas Décadas. Anuário Antropológico/80:253-257. R.J: Tempo Brasileiro.

- _____ 1984 - A Antropologia no Brasil: Um Roteiro. BIB (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais) 17:3-52.
- _____ 1985 - Curt Nimuendajú e os Jê. Série Antropologia nº 49, Brasília: DAN, UnB.
- MERLAN, Francesca. 1991 - The Limits of Cultural Constructionism: The Case of Coronation Hill. Oceania, 340-352.
- MORRIS, Barry. 1985 - Cultural Domination and Domestic Dependence: The Dhan-Gadi of New South Wales and the Protection of the State. Canberra Anthropology, 8 (1&2) pp.87-115. Special Volume: Minorities and the State.
- _____ 1988 - The politics of identity: from Aborigines to the first Australian. In BECKETT, Jeremy (org.) Past and Present: The Construction of Aboriginality. Canberra: Aboriginal Studies Press. pp.63-85.
- _____ 1991 (1988) - Dhan-gadi resistance to assimilation In I.KEEN (org.) Being Black: Aboriginal cultures in 'settled' Australia. Canberra: Aboriginal Studies Press.
- MULVANEY, D.J. 1990 - The Australian Aborigines 1606-1929: Opinion and fieldwork. In JANSON, Susan, and Stuart MAC INTYRE (orgs.) Through White Eyes. Sydney, Wellington, London, Boston: Allen & Unwin. pp.1-44.
- PEIRANO, Mariza G. S. 1981 - The Anthropology of Anthropology: The Brazilian Case. Tese de doutoramento, Harvard University. (Publicada na Série Antropologia Nº 110, Brasília: DAN, UnB, 1991).
- _____ 1991 - Da lógica à etnografia da ciência. Anuário Antropológico 88. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. pp.179-187.
- _____ 1992 - Uma Antropologia No Plural: Três Experiências Contemporâneas. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- PETERSON, Nicolas. 1990 - 'Studying man and man's nature': the history of the institutionalisation of Aboriginal anthropology. Australian Aboriginal Studies 1990/number 2, pp.3-19.
- RAMOS, Alcida Rita. 1990 - Ethnology Brazilian Style. Cultural Anthropology, vol 5(4):452-457.
- RICOEUR, Paul. 1978 - O Conflito das Interpretações. Imago: R.J.

- ROWSE, Tim. 1988 - Middle Australia and the noble savage: a political romance. In BECKETT, Jeremy (org.) Past and Present: The Construction of Aboriginality. Canberra: Aboriginal Studies Press. pp.161-177).
- ROWLEY, C.D. 1970 The Destruction of Aboriginal Society. Canberra: Australian National University Press.
- _____ 1971 Outcasts in White Australia. Canberra: Australian National University Press.
- SANSOM, Basil L. 1980 - Tha Camp at Wallaby Cross. Canberra: Aboriginal Studies Press.
- _____ 1991 (1988) A grammar of exchange. In I. KEEN Being Black: Aboriginal cultures in 'settled' Australia. Canberra: Aboriginal Studies Press. pp.159-177.
- SEEGER, Anthony & Eduardo VIVEIROS DE CASTRO. 1980 - "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". Capítulo 7, in SEEGER, Anthony (org.) Os Índios e Nós: Estudos sobre Sociedades Tribais Brasileiras. Editora Campus: R.J.
- SPENCER, B. & F.J. GILLEN. 1899 - The Native Tribes of Central Australia, London: Macmillan.
- STOCKING, Jr., George W. 1982 - Afterword: A View from the Center. Ethnos, 47, pp.172-186.
- _____ (org.) 1983 - Observers Observed. Madison, London: The University of Wisconsin Press.
- _____ (org.) 1984 - Functionalism Historicized: Essays on British Social Anthropology, Madison, London: The University of Wisconsin Press.
- TRIGGER, David S. 1992 - Whitefella Comin!': Aboriginal responses to colonialism in northern Australia. Cambridge: Cambridge University Press.
- TROOD, Russell B. 1990 - Australian Diplomatic Practice: Methods and Theory. Journal of Asian and African Studies XXV, 1-2 pp.88-113.
- WISE, Tigger. 1985 - The Self-Made Anthropologist: a life of A.P. Elkin. Sydney, London, Boston: George, Allen & Unwin.